



# Estudos Rurais – Memórias e Perspetivas

Congresso Comemorativo dos 40 anos  
da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

## CER 2025

X CONGRESSO ESTUDOS RURAIS  
XIII ENCONTRO Rural RePort

## LIVRO DE RESUMOS

Instituto Superior de Agronomia  
Lisboa, 27-28 de novembro de 2025

# Estudos Rurais – Memórias e Perspetivas

Congresso Comemorativo dos 40 anos

da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

**X CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS  
XIII ENCONTRO RURAL REPORT**

***Livro de Resumos***

Instituto Superior de Agronomia

Lisboa, 27-28 de novembro de 2025

## **Ficha Técnica**

**Tipo de livro:** eBook

**Título:**

Estudos Rurais – Memórias e Perspetivas - Congresso Comemorativo dos 40 anos da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, X Congresso de Estudos Rurais, XIII Encontro Rural RePort. Livro de resumos

**Autores:** Vários

**Coordenação:** Joana Nogueira e Orlando Simões

**Colaboradores:** Marlene Gonçalves, Pedro Casinhas

**Capa:** <https://cadernosmusgo.com/>

**Edição:** SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais

**Direitos reservados:** Autores e SPER – Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais ©

**Local e data de edição:** Lisboa, dezembro 2025

**ISBN:** 978-989-36441-1-9

**Termo de responsabilidade:**

A Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais e os coordenadores desta obra não se responsabilizam pelos princípios, teorias, valores ou opiniões veiculados nos textos aqui apresentados, os quais são da inteira responsabilidade dos seus autores.

## **Entidades Organizadoras**

Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, <https://www.isa.ulisboa.pt/>

Rural RePort - Rede de História Rural em Português, <https://histruralpt.wordpress.com/>

SPER - Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, <https://sper.pt/>

## Comissão Científica

### Presidente:

Elisabete Figueiredo (Universidade de Aveiro)

### Membros:

Alberto Baptista	(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Ana Novais	(Universidade de Lisboa)
Conceição Colaço	(Universidade de Lisboa)
Dulce Freire	(Universidade de Coimbra)
Elisabeth Kastenholz	(Universidade de Aveiro)
Humberto Martins	(Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Inês Duarte	(Universidade do Algarve)
Isabel Dinis	(Instituto Politécnico de Coimbra)
Joana Nogueira	(Instituto Politécnico de Viana Castelo)
José Luís Barbosa	(Universidade de Coimbra)
Luís Moreno	(Universidade de Lisboa)
Maria de Fátima Ferreiro	(Instituto Universitário de Lisboa)
Maria José Roxo	(Universidade Nova de Lisboa)
Orlando Rodrigues	(Instituto Politécnico de Bragança)
Orlando Simões	(Instituto Politécnico de Coimbra)
Paulo Carvalho	(Universidade de Coimbra)
Teresa Pinto Correia	(Universidade de Évora)

## Comissão Organizadora

### Membros:

Ana Novais	(Universidade de Lisboa)
Conceição Colaço	(Universidade de Lisboa)
Dulce Freire	(Universidade de Coimbra)
Joana Nogueira	(Instituto Politécnico de Viana do Castelo)
José Luís Barbosa	(Universidade de Coimbra)
Leonor Salguinho	(Universidade de Coimbra)
Marco Marques	(Universidade de Lisboa)
Marlene Gonçalves	(Instituto Politécnico de Viana do Castelo)
Orlando Simões	(Instituto Politécnico de Coimbra)
Pedro Casinhas	(Universidade Nova de Lisboa)
Sara Simões	(Instituto Politécnico de Viana do Castelo)

# Índice

<b>Entidades Organizadoras .....</b>	<b>i</b>
<b>Comissão Científica .....</b>	<b>ii</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Tema 1 - Rural Habitado .....</b>	<b>2</b>
Martim Rei - de Colónia Agrícola a Polo de Inovação Agro-rural .....	3
Que fatores favorecem o crescimento demográfico nas áreas rurais? A visão dos autarcas de municípios e freguesias rurais da Andaluzia e de Portugal .....	4
Revitalizar o Interior: Uma Abordagem Territorial Integrada para as Zonas Rurais de Montanha .....	5
Os desafios para a preparação das populações: uma análise SWOT aos programas “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” .....	6
‘Mobilidade de estilo de vida’ de turistas e migrantes de idade avançada – oportunidade de dinamização das áreas rurais? .....	7
Inovação social em territórios rurais: o papel dos novos residentes e das dinâmicas emergentes.....	8
<b>Tema 2 - Rural, Agricultura e Alimentação.....</b>	<b>9</b>
Património Agroalimentar e Resistência Rural: Três Experiências de Conservação de Sementes em Portugal.....	10
Entre a Cidade e o Campo – o papel dos produtos agroalimentares de proveniência rural na promoção de novas relações rural-urbano .....	11
Agricultura Sustentável e a Produção de Vinho em Portugal.....	12
Indicadores espaciais da qualidade do solo em Portugal Continental para apoio às políticas de conservação .....	13
Produção rural inclusiva e sistemas alimentares: consolidação de nichos na agricultura familiar .....	14
Agricultura Familiar: abandono e manutenção da atividade em Áreas de Baixa Densidade .....	15
Determinantes da produção agrícola no Vale do Ribeira.....	16
Produtos agrícolas de qualidade e gastronomia da Serra da Gardunha: bases para a criação de uma Rota Gastronómica Integral.....	17
Abastecimento alimentar e consumo familiar, a ruralidade e a cidade: férias, mercados locais e circuitos curtos agroalimentares .....	18
Do campo à mesa: valorizar o pão de variedades tradicionais.....	19
Desempenho sustentável das explorações agrícolas, associado ao perfil do agricultor e tipo de exploração, nos diferentes contextos regionais .....	20
A intensificação da cerealicultura em Portugal: uma questão anterior à Campanha do Trigo e ao Estado Novo.....	21
A segurança alimentar em tempos de conflito – a crise das subsistências na Covilhã (1914 – 1918) .....	22

A azeitona como objeto de estudo e progresso no mundo rural, ao abrigo da Junta Nacional do Azeite (1936-1972) .....	23
Dinâmicas territoriais da agricultura intensiva no Alqueva: do passado para o futuro .....	24
<i>Amaranthus palmeri</i> S. Wats uma perigosa planta invasora de culturas anuais de primavera-verão.....	25
Agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária: análise SWOT e estratégias de marketing para sistemas alimentares sustentáveis. ....	26
Carta de Adequabilidade Agrícola na Região de Lisboa e Vale do Tejo: uma abordagem baseada em machine learning .....	27
Análise da gestão da qualidade nas empresas lácteas do Brasil: estudo de caso [Poster] .....	28
Análise dos custos de produção do tomate no Distrito Federal – Brasil [Poster] .....	29
Evolução e Perspectivas da Agricultura de Precisão e Inteligência Artificial no Setor Sucroalcooleiro do estado de São Paulo – Brasil [Poster] .....	30
<b>Tema 3 - Rural, Floresta e Natureza .....</b>	<b>31</b>
Alcatrão: um produto resinoso no Pinhal de Leiria no século XIX .....	32
Extração de Seiva em Portugal – Inovação sustentável nas florestas comunitárias .....	33
A Subericultura de Joaquim Vieira Natividade após 75 anos .....	34
Comunidade e Inovação na Gestão Florestal: Abordagens colaborativas para regiões mais resilientes.	35
Explorando a gestão florestal e os impactos do cadastro simplificado .....	36
Mapas colaborativos para gestão do risco de incêndio em baldios .....	37
Erosão ou renovação das comunidades de baldios? .....	38
Governança e desenvolvimento territorial na perspetiva da sustentabilidade dos baldios. O caso do agrupamento de baldios de Boticas .....	39
A governança dos baldios no noroeste de Portugal .....	40
Proprietários Florestais em Portugal: Entre a Tradição Individual e o Desafio da Gestão Agrupada.....	41
O Papel do Pastoreio Extensivo na Gestão Sustentável em baldios no Parque Nacional da Peneda-Gerês .....	42
Procedimento de Serviços de Ecossistemas FSC®: Ferramenta para a Valorização Florestal .....	43
<b>Tema 4 - Rural Visitado.....</b>	<b>44</b>
Vinho, Igreja e Sociedade, uma história de longa duração.....	45
Paisagens de vinha, vinho de cheiro e trabalho agrícola – Análise do Boletim da Comissão Reguladora de Cereais do Arquipélago dos Açores, 1945-1962 .....	46
Ecoturismo e sustentabilidade no Brasil: casos de sucesso e desafios .....	47
Turismo rural regenerativo ? Perspetivas da sua investigação em territórios rurais da Região Centro de Portugal.....	48
Revisão Sistemática de Literatura sobre Empreendedorismo Estilo de Vida em Turismo Rural.....	49
Turistificação em Trás-os-Montes no século XXI - metodologias de leitura, análise e de resultados.....	50

<b>Tema 5 - Rural, Poderes e Governança.....</b>	<b>51</b>
A influência dos Grupos Operacionais e dos Laboratórios Vivos na inovação e no empreendedorismo no meio rural: alguns aspetos relevantes.....	52
Plano operacional de gestão do território: o caso do projeto-piloto de mosaicos agrosilvopastoris do Município de Sernancelhe .....	53
O modelo RuSTIC: juventude, governança e territorialização da inovação social rural .....	54
Inovação social em Benfeita: um caso de revitalização demográfica.....	55
Processos colaborativos e inovação social: desafios e oportunidades nas áreas de montanha .....	56
Rede Sociotécnica do Sudoeste: Cânions Paulista.....	57
Ações de agricultura alternativa a partir da FELS – Fazenda Escola Campus Lagoa do Sino .....	58
Análise das margens de comercialização do etanol hidratado no estado de São Paulo – Brasil [Poster].....	59
Dinâmica da produção no setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo – Brasil: análise da tomada de decisões. [Poster].....	60
Correlação entre os preços de açúcar cristal nos três principais estados produtores do Brasil [Poster].....	61
<b>Tema 6 - Rural, Reflexões e Metodologias .....</b>	<b>62</b>
Da dicotomia rural-urbano às (des)continuidades do rural no espaço urbano.....	63
Representação dos cidadãos no mundo rural português.....	64
Legado de políticas agrárias e florestais na paisagem de Terras de Trás-os-Montes.....	65
‘O CHEGA será a fortaleza do mundo rural!’ – Narrativas populistas sobre o rural e a agricultura em Portugal.....	66
“Estamos zangados porque temos fome”: apontamentos acerca da conciliação entre conservação da biodiversidade e redução da pobreza rural .....	67
Ecobiografias.....	68
Narrativas da terra-território no centro da Amazônia: estima, esperança e cuidado.....	69
Transversalidades entre a produção agrícola mecanizada e a génese do Movimento Moderno .....	70
Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária: Metodologia e Resultados no Fortalecimento da Agricultura Familiar .....	71
Determinantes geográficos e desenvolvimento rural no sul do estado de São Paulo .....	72
Os sistemas agrícolas em territórios de montanha .....	73
Rumos pastoris na gestão dos baldios da Peneda-Gerês .....	74
Humanidades Digitais e Geografia: perspectivas metodológicas a partir de fontes agrícolas históricas portuguesas .....	75



## Introdução

A Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER) foi constituída em 1985 como associação de natureza científica e cultural sem fins lucrativos, com o propósito fundamental de contribuir para alargar e aprofundar, através de uma prática interdisciplinar e pluridisciplinar, o conhecimento dos problemas com que se confrontam os espaços e as sociedades rurais em Portugal. No ano em que a SPER celebra 40 anos de existência, a Comissão Organizadora entendeu assinalar a data com um Congresso Comemorativo, que constitui também o X Congresso de Estudos Rurais e o XIII Encontro Rural RePort. O objetivo principal do CER2025 é promover o encontro entre investigadores e técnicos, desafiando-os a criar diálogos entre as memórias de quatro décadas de Estudos Rurais e as perspetivas emergentes desta área de conhecimento.

Os últimos 40 anos transformaram profundamente a ruralidade portuguesa, na sua diversidade regional e local, num ritmo acelerado de mudanças que se perspetiva continuar, senão intensificar. Entre declínios e renascimentos, o rural continua vivo, resistindo, progredindo e reinventando-se. O rural é um espaço de salvaguarda de identidades, paisagens, ecologias e modos de ser, que não deixa de ser atravessado pela vertigem das novas tecnologias, da globalização, das pressões urbanísticas e dos desafios da integração da imigração laboral. Interessa recuperar uma visão de conjunto do conhecimento científico já acumulado sobre a ruralidade portuguesa. É também fundamental garantir que as novas gerações de investigadores continuem a entusiasmar-se com o estudo do rural a partir da multiplicidade das suas disciplinas, instituições e sensibilidades.

Nos dias 27 e 28 de novembro, no Instituto Superior de Agronomia, realizaram-se 62 comunicações orais e 6 comunicações em poster. Neste congresso comemorativo a SPER entendeu promover um prémio para as melhores comunicações de estudantes de mestrado ou de doutoramento, visando estimular jovens a desenvolver investigação em estudos rurais. Neste livro apresentam-se os resumos organizados pelas temáticas do congresso: (1) Rural habitado; (2) Rural, Agricultura e Alimentação; (3) Rural, Floresta e Natureza; (4) Rural Visitado; (5) Rural, Poderes e Governança e (6) Rural, Reflexões e Metodologias.

A Comissão Organizadora agradece à Comissão Científica a avaliação e revisão de todos os resumos submetidos. E agradece aos autores pelo seu labor científico, promovendo novas reflexões e questionamentos e contribuindo para produzir bases de conhecimento mais sólidas e mais plurais sobre as dinâmicas socio-económicas e socio-ecológicas dos espaços rurais portugueses e de outros países com os quais a SPER tem criado redes, em particular Espanha e Brasil.

## **Tema 1 - Rural Habitado**

## Martim Rei - de Colónia Agrícola a Polo de Inovação Agro-rural

António Oliveira das Neves, Economista, aoneves@oneves.pt

José Ferragolo Veiga, Economista, jffveiga@gmail.com

### Resumo

Uma das componentes da política agrária do Estado Novo, décadas trinta a sessenta, consistiu na instalação de colónias agrícolas em áreas rurais do Continente, sobretudo ocupando terrenos baldios no Centro e a Norte, sob orientação da Junta de Colonização Interna (JCI) criada em 1936. As colónias reuniram um conjunto de requisitos de ocupação do espaço fundiário: transformação de assalariados em proprietários agrícolas, com posse da terra, alfaías, sementes, adubos e gado; casas de morada de família, com identidade arquitetónica rural; e pequenos equipamentos de uso coletivo (capela, escola primária, posto médico, campo de jogos, recreio e lazer). Exemplo dessa ocupação, foi a criação da Colónia Agrícola de Martim Rei no Sabugal (1936), correspondendo a um vetor das reformas económicas e sociais do Estado Novo para os campos.

Com a extinção da JCI, em 1974, observou-se um abandono gradual das terras e atividades agrícolas e, na década de oitenta, a Câmara Municipal do Sabugal foi obtendo a cedência de vários casais por parte da Direção Regional de Agricultura para lhes dar destino mais adequado às potencialidades agrícolas, florestais e pecuárias da região (instalação de campo de variedades autóctones, viveiro florestal e parque de leilões de gado), incluindo a gestão do parque de máquinas agrícolas, a utilizar nos trabalhos dos campos experimentais. Ou seja, um modelo de intervenção pública mais focado na transformação qualitativa da produção, através do apoio aos produtores do Concelho, a montante (inovação das práticas de cultivo) e a jusante (comercialização).

Mais recentemente, e na esteira das propostas do **Plano Estratégico Sabugal 2035**, o Município pretende desenvolver um programa para a reabilitação do património edificado da Colónia Agrícola, transformando-a num **“Polo de Inovação Agro-rural”**, enquanto laboratório de experimentação e suporte ao fomento de soluções transformadoras e regenerativas da ruralidade, dinamizando o sector agroflorestal, numa era de transição ecológica e digital.

O Polo tem como principal objetivo apoiar o desenvolvimento do sector agroflorestal da região disponibilizando serviços aos produtores, empresas e instituições científicas e de ensino (realização de ensaios, trabalho de campo, cursos de formação e instalação de estações experimentais).

Assim, e através da apresentação das várias fases da Colónia procura-se evidenciar as transformações ocorridas nas abordagens políticas e estratégicas ao desenvolvimento rural no concelho do Sabugal e em Portugal.

**Palavras-chave:** Colónia; Agrícola; Inovação; Agroflorestal.

## Que fatores favorecem o crescimento demográfico nas áreas rurais? A visão dos autarcas de municípios e freguesias rurais da Andaluzia e de Portugal

Juan Carlos Maroto-Martos, Universidad de Granada, jcmaroto@ugr.es

Dulce Pimentel, CICS.NOVA, Universidade Nova de Lisboa, amdop@fcsh.unl.pt

### Resumo

Este trabalho analisa a perceção de responsáveis políticos locais sobre os fatores que favoreceram o crescimento demográfico em pequenos municípios rurais da Andaluzia (Espanha) e em freguesias de Portugal entre 2011 e 2021. Num contexto de despovoamento generalizado no meio rural europeu, estes territórios constituem casos singulares de aumento populacional, levantando questões sobre as dinâmicas que o tornaram possível e as condições necessárias para a sua sustentabilidade.

Com base num questionário estruturado, foram recolhidas respostas de 17 autarcas sobre diversos aspetos do desenvolvimento local, com foco na viabilidade futura do crescimento. O objetivo é identificar, segundo a perspetiva institucional local, os fatores que explicam esse crescimento e avaliar a sua solidez, a partir de cinco dimensões interrelacionadas: demográfica, económica, social, ambiental e institucional.

A análise parte da ideia de que a sustentabilidade resulta do equilíbrio entre diferentes pilares, como qualidade de vida, oferta de serviços, capacidade institucional e valorização de recursos endógenos. Rejeita-se, assim, uma visão simplista do crescimento como sinónimo automático de sucesso.

Os territórios foram classificados em quatro tipologias (T1 a T4) conforme o seu perfil demográfico. A T1 corresponde a pequenos municípios com forte imigração e crescimento natural negativo; os T2 apresentam migração moderada e estruturas frágeis; os T3 mostram trajetórias mais equilibradas; e os T4 são territórios maiores, com crescimento sustentado por imigração e natalidade. Os fatores que explicam o crescimento variam consoante a tipologia. Nos T1, destaca-se a chegada de estrangeiros e a disponibilidade de habitação, embora com limitações em serviços e planeamento. Nos T2, nota-se um esforço institucional para consolidar o crescimento, apesar de obstáculos estruturais. Os T3 revelam equilíbrios mais sólidos, e os T4 sobressaem pela diversidade populacional, cobertura de serviços e maior robustez institucional.

Em todos os casos, a dimensão ambiental permanece pouco priorizada. A sustentabilidade a longo prazo exige estratégias integradas, com participação cidadã e visão antecipatória. O crescimento rural deve ser entendido como processo complexo que requer condições estruturais para fixar a população e permitir-lhe desenvolver o seu projeto de vida local.

**Palavras-chave:** Crescimento demográfico rural; Perceção presidentes de câmara; Desenvolvimento rural.

*Este trabalho foi possível graças a uma estadia de mobilidade no Departamento de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova de Lisboa, financiada pelo Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, de Espanha.*

## **Revitalizar o Interior: Uma Abordagem Territorial Integrada para as Zonas Rurais de Montanha**

*Violeta, R. Lopes, INIAV I.P., BPGV, violeta.lopes@iniav.pt*

*Catarina, Barros, INIAV I.P., BPGV, catarina.afonso@iniav.pt*

*Ana M., Barata, INIAV I.P., BPGV, anamaria.barata@iniav.pt*

*Teresa Madureira, CISAS, ESA-IPVC, teresa@esa.ipvc.pt*

*Nuno V. Brito, CISAS, ESA-IPVC, UCIBIO, Applied Molecular Biosciences Unit, University Institute of Health Sciences (1H-TOXRUN, IUCS-CESPU); nunobrito@esa.ipvc.pt*

### **Resumo**

As Zonas Rurais de Montanha (ZRM) são confrontadas com constrangimentos estruturais, vulnerabilidades territoriais e desafios de coesão. Contudo, estas regiões possuem uma resiliência considerável e potencial para um vasto espectro de atividades e negócios. Esta combinação de vulnerabilidades e oportunidades exige a aplicação de estratégias integradas que aliem a diversificação das atividades económicas, a criação de novas empresas e a aplicação de instrumentos orientados para a inovação. A revitalização destes territórios, muito associados ao setor primário, exige uma abordagem transformadora centrada na fixação de talentos, no mercado de trabalho inclusivo e qualificado, e na promoção da criatividade para a instalação de ecossistemas empreendedores locais, contribuindo para a promoção do bem-estar económico e da coesão social, dois pilares indissociáveis do desenvolvimento sustentável.

Embora o enquadramento e as condições sistémicas sejam relevantes para a instalação de novos empreendedores, o fator determinante continua a ser o empreendedorismo produtivo. Neste contexto, o projeto Interior+ desenha uma Região Modelo para as ZRM, com os objetivos: a) criar um modelo para a revitalização das zonas rurais nas regiões NUTS III Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Alto Minho, que seja acessível, reproduzível e que identifique oportunidades e fatores críticos para a criação de novas empresas e negócios, junto dos jovens e as pequenas explorações familiares no sector agrícola em geral; b) criar uma plataforma em rede que sirva o objetivo de promoção e integração da inovação territorial, do turismo gastronómico e da dinamização empresarial; c) capacitar as empresas das ZRM para a inovação empresarial integrada, de forma a tornarem-se mais rentáveis, com impacto direto na geração de emprego e no crescimento económico regional.

As regiões NUTS II Norte e Centro, onde se inserem as NUTS III em estudo, são atualmente caracterizadas por índices moderados dos indicadores de inovação. Para enquadrar a Região Modelo do projeto Interior+, foi conduzido um estudo territorial assente num conjunto de indicadores sociodemográficos, económicos, culturais e de bem-estar, educação e I&D, turísticos, ambientais e agrícolas. A seleção dos indicadores teve por base critérios de relevância, solidez analítica, atualidade e acessibilidade, com dados cobrindo os períodos [2011-2021], [2021-2022], [2019-2022] e dados anuais (2021, 2022 e 2023). As fontes incluíram os Censos, estudos do Ministério da Economia e Anuários Estatísticos Regionais. O trabalho apresenta uma síntese da análise SWOT por NUTS III, acompanhada das principais conclusões.

**Palavras-chave:** NUTS III; forças; fraquezas; oportunidades; ameaças.

## Os desafios para a preparação das populações: uma análise SWOT aos programas “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”

*Diogo Miguel Pinto, CEGOT, Universidade do Porto, dspinto@letras.up.pt*

*Célia Figueiras, Universidade do Porto, up201304700@edu.letras.up.pt*

### Resumo:

Nas últimas décadas foram imensas e profundas as transformações socioeconómicas ocorridas no mundo rural português, que no presente com o evoluir das alterações climáticas assiste no presente à ocorrência cada vez maior de incêndios mais erráticos e com comportamentos mais extremos. De facto, após os grandes incêndios de 2017 e devido à magnitude das suas consequências, foram lançados pelo governo os programas “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” (ASPS). Estes programas visam reforçar a preparação das comunidades, criar zonas de proteção aos aglomerados rurais, elaborar planos de evacuação das aldeias e sensibilizar a população. No entanto, ao fim de sete anos, é fundamental avaliar o estado de implementação destes programas e, como tal, este trabalho articula duas abordagens metodológicas complementares. Num primeiro momento efetuamos uma análise de um caso de estudo sobre a preparação das populações (concelho de Baião), tendo por base observações de campo e entrevistas aos residentes e, em segundo lugar, realizamos uma análise SWOT dos programas ASPS, realizada a partir da revisão da literatura académica e técnica publicada até ao momento.

Os resultados obtidos no trabalho de campo e nas entrevistas no concelho de Baião evidenciam que houve avanços na sinalização, na designação de Oficiais de Segurança Local e na realização de simulacros, mas também foram identificadas diversas limitações, como o conhecimento insuficiente por parte dos habitantes sobre os procedimentos e sobre os locais de abrigo, e também a evidente interrupção prolongada das ações de sensibilização a que se somam as dificuldades associadas ao envelhecimento da população residente. No caso da Aldeia de Almofrela (Baião), verificou-se uma presença significativa de turistas e visitantes, o que reforça a necessidade de adequar as estratégias de comunicação e de planeamento da evacuação a este tipo de fluxos. Já na análise SWOT, baseada na revisão da literatura técnica e académica, foi possível identificar como pontos fortes o envolvimento das autarquias, a simplicidade de implementação e o potencial educativo, por outro lado, entre as fraquezas destaca-se a desigualdade territorial, a escassez de formação contínua e uma comunicação pouco adaptada. Nas oportunidades surge a integração com outros programas e fontes de financiamento e, por fim, nas ameaças identificam-se o despovoamento, o envelhecimento, a pressão turística e a fragmentação normativa.

Por fim, podemos concluir que os programas ASPS possuem um enorme potencial para melhorar a preparação das populações face ao risco de incêndio, mas a sua eficácia depende em grande medida da existência de um investimento contínuo na capacitação das pessoas, na continuidade das ações, na articulação com as novas dinâmicas sociais e, também, na adaptação a públicos vulneráveis e flutuantes. Tal evidência a necessidade de políticas públicas integradas, com ênfase na resiliência das populações rurais e no reconhecimento das suas vulnerabilidades e níveis de exposição.

**Palavras-chave:** Incêndios Rurais; SWOT; Aldeia Segura, Pessoas Seguras

## **‘Mobilidade de estilo de vida’ de turistas e migrantes de idade avançada – oportunidade de dinamização das áreas rurais?**

*João Pedro Reis, Universidade de Aveiro/Minho/Beira Interior; Governance, Competitiveness and Public Policies (GOVCOPP), joaopedroreis@ua.pt*

*Elisabeth Kastenholtz, Professora Associada com agregação, Universidade de Aveiro, Governance, Competitiveness and Public Policies (GOVCOPP), elisabethhk@ua.pt*

### **Resumo**

Este estudo, uma revisão sistemática da literatura realizada com recurso à metodologia Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses 2020 (PRISMA) (Page et al., 2021), engloba 136 estudos acerca dos determinantes de escolha do segmento sénior na decisão de realizar mobilidade de turismo e/ou em ‘migração de estilo de vida’. Desses estudos, (apenas) dez enquadram-se especificamente na categoria de áreas rurais.

A revisão global sobre o tema ‘mobilidade de estilo de vida’ (*‘lifestyle mobility’* (Cohen et al., 2015)), que compreende mobilidades associadas ao turismo e a movimentos de migração, enquanto opção de ‘estilo de vida’, permite identificar um espectro que varia conforme a duração e compromisso do sénior com o destino. Procedeu-se a uma análise das condicionantes de decisão, numa ótica dos determinantes da competitividade e sustentabilidade de áreas de destino (Ritchie & Crouch, 1999). Há indícios para um aumento relativo dos ‘fatores qualificadores’ (e.g. localização, segurança) e dos ‘fatores e recursos de suporte’ (e.g. infraestrutura de saúde), e, por outro lado, de uma diminuição da relevância relativa dos ‘recursos e atrativos-chave turísticos’ (como cultura e história), à medida que a duração e o compromisso com o destino aumentam.

Nas zonas rurais, a literatura sobre ‘mobilidade de estilo de vida’, no geral, e em particular referente ao mercado da população sénior, ainda que observável em alguns países, é escassa. Fatores como a reforma, o agregado familiar, estado civil e mesmo grupos de amigos influenciam este movimento. Embora a geo-arbitragem - a procura de realizar no destino um estilo de vida desejado com menor custo do que no local de origem - seja um fator importante, o desejo de uma vida holística melhor, incluindo conforto e bem-estar, é mais relevante. Esta vertente inclui a procura de tranquilidade, boa comida e paisagens e ambientes pacíficos. A infraestrutura, nomeadamente a proximidade dos vários serviços, representa um fator que pode distinguir as áreas rurais de eleição.

A literatura aponta áreas de estudo futuro temas como i) desafios de integração destes novos segmentos de turistas e migrantes nas comunidades locais, ii) ‘gap’ entre a expressão de vontade e o comportamento real e condicionantes da sua eliminação e iii) abertura e preparação estratégica das entidades públicas, e do sector privado para esta mobilidade em territórios rurais. Esta temática poderá interessar a académicos, gestores públicos e privados em zonas rurais como oportunidade de desenvolvimento.

**Palavras-chave:** População sénior; terceira idade; mobilidade; turismo de longa duração, migração de estilo de vida; áreas rurais

## **Inovação social em territórios rurais: o papel dos novos residentes e das dinâmicas emergentes**

*Sara Simões, ESA/IPVC e CETRAD/UTAD, ssimoes@esa.ipvc.pt*

*Joana Nogueira, ESA/IPVC e UI PROMETHEUS/IPVC, jnogueira@esa.ipvc.pt*

*Hermínia Gonçalves, CETRAD/UTAD, hgoncalves@utad.pt*

*Carla Marques, CETRAD/UTAD, smarques@utad.pt*

### **Resumo**

Nos últimos anos, os territórios rurais têm despertado um interesse crescente por parte de novos residentes que procuram estilos de vida mais equilibrados e sustentáveis. Estes indivíduos valorizam os recursos ambientais e sociais destas regiões, integrando-os nos seus projetos pessoais e profissionais. Tal valorização revela-se especialmente relevante em áreas periféricas, nomeadamente em zonas de montanha marcadas por um longo histórico de declínio demográfico. Estas tendências emergentes e com potencial transformador, podem ser reforçadas por políticas públicas inovadoras, cuja conceção e implementação dependem frequentemente de modelos de governação igualmente inovadores.

Este artigo apresenta uma reflexão a partir de estudos de caso realizados em territórios montanhosos do norte de Portugal e da Galiza, analisando as motivações e condições de instalação dos novos residentes, as necessidades sociais emergentes e as respostas inovadoras em desenvolvimento. Foram identificadas diversas experiências, incluindo espaços de coworking e coliving, iniciativas comunitárias e organizações sociais que facilitam a integração. A investigação baseou-se em análise documental e em entrevistas com representantes institucionais e novos residentes, permitindo compreender desafios e oportunidades associados a estas dinâmicas.

Os resultados evidenciam que os territórios rurais que se adaptam às novas dinâmicas associadas à chegada de novos residentes beneficiam da sua capacidade de inovação, conhecimento e experiência. A análise dos casos estudados mostra que a criação de redes de apoio e a implementação de políticas públicas adequadas são elementos centrais para reforçar a atratividade e a sustentabilidade destes territórios. A inovação social, sustentada pela colaboração entre atores locais e novos residentes, revela-se crucial para contrariar o despovoamento e dinamizar a economia local.

Conclui-se que uma compreensão aprofundada dos processos emergentes de atração rural é fundamental para conceber políticas públicas e modelos de governação mais eficazes. Identificar os fatores críticos que potenciam a transformação dos territórios rurais periféricos pode não só consolidá-los como espaços atrativos para novos residentes, mas também como territórios capazes de gerar inovação, criatividade e desenvolvimento sustentável. Em termos teóricos, este estudo amplia o debate sobre a emergência de dinâmicas inovadoras em contextos de baixa densidade populacional, assentes em redes colaborativas e na participação cidadã.

**Palavras-chave:** Novos residentes; Inovação social; Governança; Comunidades



## **Tema 2 - Rural, Agricultura e Alimentação**

## Património Agroalimentar e Resistência Rural: Três Experiências de Conservação de Sementes em Portugal

*Marta, Guedes, CEI-Iscte, MARETEC/LARSyS-IST, marta\_guedes@iscte-iul.pt*

*Maria de Fátima, Ferreiro, CEI-Iscte, fatima.ferreiro@iscte-iul.pt*

*Vânia, Proença, MARETEC/LARSyS-IST, vania.proenca@tecnico.ulisboa.pt*

### Resumo

As sementes desempenham um papel fundamental nos sistemas agroalimentares, nomeadamente em termos de soberania e segurança alimentar, sustentabilidade agrícola e conservação da biodiversidade. Em particular, os bancos de sementes assumem um papel estratégico na preservação da biodiversidade local, na transição agroecológica e no reforço das práticas comunitárias rurais. Este estudo analisa a conservação de sementes no contexto português, com enfoque nas estratégias *ex situ* (i.e. bancos de sementes) desenvolvidas por três instituições: o Banco Português de Germoplasma Vegetal (BPGV), o Banco de Sementes do Museu Nacional de História Natural e da Ciência (MUHNAC) e a associação Colher para Semear (CPS).

A investigação, de natureza qualitativa e baseada numa abordagem de métodos mistos, integra entrevistas semi-estruturadas e análise documental. A investigação procura responder às seguintes questões: (1) qual é o enquadramento legal e político dos bancos de sementes? (2) que estratégias de conservação e metodologias adotam? (3) quais os principais desafios e perspetivas futuras para estas estruturas?

Os resultados revelam focos distintos por parte dos bancos (agrícola, ambiental e comunitário), mas convergindo na importância dada à livre circulação de sementes, bem como à continuidade das práticas agrícolas locais que sustentam essa circulação. Outro aspeto em comum diz respeito ao reconhecimento da ligação destas práticas ao conhecimento partilhado, à ação coletiva e ao património biocultural. Contudo, os bancos de sementes enfrentam obstáculos significativos. Entre eles estão a escassez de financiamento, os entraves burocráticos e a fragmentação das políticas públicas. A ausência de reconhecimento institucional na conservação de recursos genéticos vegetais é particularmente crítica. Este estudo contribui para aprofundar o conhecimento dos desafios dos territórios rurais portugueses, destacando o papel central dos bancos de sementes na valorização do património agroalimentar, na promoção da biodiversidade e na resiliência socioecológica dos espaços rurais.

**Palavras-chave:** Bancos de sementes; soberania alimentar; agrobiodiversidade; ruralidade portuguesa

## Entre a Cidade e o Campo – o papel dos produtos agroalimentares de proveniência rural na promoção de novas relações rural-urbano

*Elisabete Figueiredo*, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território & GOVCOPP – Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas, Universidade de Aveiro, Portugal; elisa@ua.pt

### Resumo

À semelhança de outras regiões periféricas da Europa, muitos territórios rurais em Portugal podem ser atualmente considerados pós-produtivos e multifuncionais, assumindo crescente relevância as funções de consumo associadas ao turismo ou aos produtos agroalimentares tradicionais. Ainda que as noções de pós-produtivismo e multifuncionalidade sejam discutíveis, têm sido profusamente utilizadas para caracterizar as dinâmicas de reconfiguração e reestruturação dos territórios rurais. Estes processos têm-se traduzido em transformações e reorientações mais ou menos profundas do uso da terra, das atividades económicas e das dinâmicas sociais. Ao longo das últimas décadas, assistimos ao declínio da função produtiva e ao desenvolvimento das funções de consumo e de preservação ambiental e cultural combinadas (ou não) com atividades agrícolas tradicionais. Estas atividades têm-se constituído também como uma parte importante do rural ‘consumível’ e multifuncional. Vários estudos têm salientado o crescente interesse dos consumidores (sobretudo urbanos) nos produtos agroalimentares tradicionais de proveniência rural, principalmente em oposição aos produtos industrializados e massificados. Paralelamente – ainda que bastante menos estudado – tem aumentado o número de lojas urbanas *gourmet* ou especializadas na comercialização – no coração das cidades – de produtos alimentares tradicionais. Tal aumento, ocorrido sobretudo a partir da última década e meia em Portugal, relaciona-se quer com o acentuar dos fluxos turísticos, quer com o crescimento do interesse dos consumidores em geral, quer ainda com um contexto político a nível nacional e Europeu ao apoio e promoção da produção daqueles produtos. Através da compra e do consumo dos produtos alimentares de proveniência rural os consumidores não contactam apenas com os alimentos em si mesmos, mas também com os seus territórios de origem e com as suas características culturais e biofísicas. Assim, as lojas urbanas especializadas no comércio deste tipo de produtos podem promover (novas) ou renovadas relações entre a cidade e o campo. Esta comunicação pretende discutir todas estas dinâmicas tendo por base os dados recolhidos, através de inquéritos por questionário dirigidos a amostras de lojas especializadas (N=113) localizadas em Aveiro, Lisboa e Porto, de clientes (N= 1553) e de produtores que trabalham com estas lojas (N= 104). Os resultados evidenciam diferentes modos de articulação entre os vários atores considerados, assim como entre os produtos agroalimentares e os territórios rurais. A evidência empírica enfatiza ainda o importante papel das lojas analisadas em ‘levar o campo para a cidade’ contribuindo, através dos produtos comercializados, para a atenuação das distâncias entre consumidores e produtores, assim como entre territórios rurais e urbanos.

**Palavras-chave:** comercialização de produtos agroalimentares; consumo de produtos agroalimentares; produção de produtos agroalimentares de proveniência rural; relações rural-urbano.

## **Agricultura Sustentável e a Produção de Vinho em Portugal**

*Thais Montanha, Universidade de Passo Fundo- UPF, thaismontanha@gmail.com*

*William Solda, Universidade de Passo Fundo- UPF,*

*Janine Fleitch, Universidade de Passo Fundo- UPF*

### **Resumo**

Em Portugal, a produção de vinho constitui um dos principais pilares da agricultura e da identidade cultural do país. Nas últimas décadas, essa atividade tem se orientado para práticas mais sustentáveis, que conciliam a preservação ambiental com a qualidade e autenticidade dos vinhos. A viticultura portuguesa tem incorporado princípios de agricultura biológica e de redução do uso de produtos químicos, demonstrando um compromisso crescente com a sustentabilidade (Silva & Carvalho, 2018).

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre sustentabilidade e produção vitivinícola em Portugal, destacando como as práticas sustentáveis contribuem para a valorização do vinho, a preservação dos recursos naturais e o fortalecimento da cultura vitivinícola nacional.

A comunicação baseia-se em uma revisão bibliográfica exploratória de estudos e relatórios sobre viticultura sustentável portuguesa, considerando autores como Silva & Carvalho (2018), Araújo (2020), Cruz (2019) e Gouveia (2021). Foram observadas práticas adotadas em regiões produtoras como Douro, Alentejo e Vinho Verde, com foco em técnicas agrícolas e estratégias de comercialização sustentáveis.

A análise desenvolve-se em quatro eixos: (i) caracterização da produção de vinho em Portugal; (ii) práticas sustentáveis aplicadas à viticultura; (iii) comercialização e circuitos curtos como instrumentos de valorização do produto; e (iv) vínculos entre sustentabilidade, tradição e identidade cultural portuguesa.

Constata-se que a viticultura sustentável em Portugal não apenas contribui para a conservação ambiental e a biodiversidade, mas também fortalece a autenticidade e o valor cultural dos vinhos portugueses. A integração de práticas ecológicas e circuitos curtos de comercialização reforça a ligação entre produtores e consumidores, estimulando economias locais e promovendo uma consciência coletiva sobre o consumo responsável. Assim, a sustentabilidade emerge como elemento central para o futuro da viticultura portuguesa, unindo tradição, inovação e responsabilidade ambiental.

**Palavras-chave:** vinho; agricultura sustentável; viticultura biológica.

*Agradecimento à Universidade de Passo Fundo (UPF) e à CAPES pelo apoio à pesquisa.*

## Indicadores espaciais da qualidade do solo em Portugal Continental para apoio às políticas de conservação

Silva, André, CEG/TERRA, IGOT-UL, [asilva36@edu.ulisboa.pt](mailto:asilva36@edu.ulisboa.pt)

Inácio, Miguel, Environmental Management Laboratory, Mykolas Romeris University, [rinacio.miguel@gmail.com](mailto:rinacio.miguel@gmail.com)

Pinto, Luís, EML, MRU, [lpinto@mac.com](mailto:lpinto@mac.com)

Pereira, Paulo, EML, MRU, [pereiraub@gmail.com](mailto:pereiraub@gmail.com)

Gomes, Eduardo, CEG/TERRA, IGOT-UL, [eduardojonas@edu.ulisboa.pt](mailto:eduardojonas@edu.ulisboa.pt) – autor correspondente

### Resumo

A qualidade do solo sustenta a produtividade agrícola, a resiliência dos ecossistemas e a sustentabilidade ambiental, sendo particularmente crítica em Portugal continental, onde a pressão de culturas intensivas, a urbanização crescente e os efeitos das alterações climáticas intensificam processos de degradação. Este estudo apresenta um Índice de Qualidade do Solo que integra indicadores físicos, químicos e biológicos para fornecer uma avaliação consolidada do estado do solo. Utilizaram-se 18 variáveis, como grau de impermeabilização, taxas de erosão hídrica, densidade aparente, textura (classificação USDA), condutividade elétrica, diversidade biológica, concentração de metais pesados, pH e declive. Cada indicador foi normalizado entre 0 e 1, invertendo-se os valores para que 1 correspondesse à melhor qualidade do solo e 0 à pior. Para avaliar a estruturação territorial dos padrões espaciais do IQS, aplicou-se a estatística *Global Moran's I*, obtendo um índice de 0,80, com *z-score* de 70,31 e *p-valor* inferior a 0,001, confirmando forte autocorrelação espacial. A análise de *hotspots* via *Getis-Ord Gi\** identificou áreas com qualidade elevada concentradas no litoral centro-sul (Área Metropolitana de Lisboa, litoral alentejano, Ribatejo e Oeste) e na fronteira norte, enquanto *coldspots* surgem no interior, no litoral norte, Alentejo interior e Algarve. Os resultados destacam desigualdades territoriais significativas, que devem orientar políticas de conservação do solo e ordenamento do território. Propõe-se a implementação de estratégias integradas, como incentivos a práticas de conservação, monitorização contínua do IQS e planos de gestão adaptativa que equilibrem produção agrícola e preservação dos serviços de ecossistemas. Conclui-se que o índice desenvolvido constitui uma ferramenta robusta, replicável e estratégica para apoiar decisões de planeamento, reforçando a sustentabilidade ambiental e territorial em Portugal continental.

**Palavras-chave:** qualidade do solo; índice espacial; *hotspots*; conservação territorial.

*Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2024 (S4P-24), concurso anual de Projetos de Ciência para as Políticas, uma iniciativa promovida pelo Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas em parceria com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Projeto n.º 2024.00129.S4P2*

## Produção rural inclusiva e sistemas alimentares: consolidação de nichos na agricultura familiar

*Iván Tartaruga; CEGOT/Universidade do Porto (Portugal), itartaruga@letras.up.pt*

*Paulo Diniz, Universidade Federal de Campina Grande (Brasil), paulo.cesar@professor.ufcg.edu.br*

*Mireya Perafán, Universidade de Brasília (Brasil), mireya@unb.br*

*Mário Ávila, Universidade de Brasília (Brasil), unbavila@gmail.com*

### Resumo

As transições para sistemas alimentares mais sustentáveis podem favorecer a inclusão produtiva de populações em pobreza e vulnerabilidade social, em especial em áreas rurais, e a diminuição dos impactos da crise climática. Este estudo visa estudar casos de inclusão produtiva e sustentável em áreas rurais e valorar o papel das políticas públicas. As experiências estudadas em duas regiões do Nordeste brasileiro são caracterizadas como nichos de inovação, destacando a geração de novas soluções técnicas e sociais que levam a uma transição para sistemas alimentares sustentáveis e inclusivos. Utilizando uma metodologia qualitativa e quantitativa, analisamos as configurações sociotécnicas dos casos no âmbito dos estudos de transição e da análise de redes sociais. Estudamos os casos por meio das noções de inclusão produtiva rural (atividades económicas inclusivas em áreas rurais) e inovação inclusiva (novidades sociais e técnicas criadas para/por grupos sociais vulneráveis). Além disso, utilizamos a abordagem da geografia das transições de sustentabilidade para explorar a relação entre transições sociotécnicas e fatores e condições locais. Os resultados mostram a importância das capacidades cognitivas e organizacionais das/os agricultoras/es familiares para a promoção de inovações (inclusivas) e, consequentemente, do desenvolvimento socioeconómico. Assim, um alinhamento significativo dos nichos desses produtores pode indicar as condições sociotécnicas iniciais para um regime agroalimentar sustentável e inclusivo. Essas experiências receberam apoio de instituições informais (confiança, cooperação, etc.) e, em menor grau, de instituições formais (leis, regulamentos, etc.). Da mesma forma, destacamos as ameaças a esses nichos por parte de regimes convencionais (no setor agroalimentar) e novos regimes ligados à sustentabilidade (como o das energias renováveis).

**Palavras-chave:** Inclusão produtiva rural; inovação inclusiva; agricultura familiar; geografia das transições de sustentabilidade.

*Estudo realizado no âmbito do projeto “Produção Rural Inclusiva e Sistemas Alimentares (Prisma): apontando caminhos para consolidação de nichos de inovação”, liderado pela Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento Territorial (Rete) e financiado pela “Cátedra Itinerante sobre Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano”, iniciativa do Cebrap Sustentabilidade. Esta investigação teve, também, o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência UIDB/04084/2025.*

## **Agricultura Familiar: abandono e manutenção da atividade em Áreas de Baixa Densidade**

*Luís Moreno, IGOT-ULisboa, [luís.moreno@edu.ulisboa.pt](mailto:luís.moreno@edu.ulisboa.pt)*

### **Resumo**

A Agricultura Familiar (AF), a dominante em todo o mundo, apresenta características diversas mas com especificidades territoriais, envolvendo consideráveis contrastes na Europa e em Portugal. Nestes casos, nas vertentes comercial e de autoconsumo, assim como situações mistas, envolvem respostas a necessidades familiares (económicas e outras), comunitárias e territoriais de diferentes tipos, de modo mais ou menos dependente das políticas públicas, nacionais e europeias. É a sua diversidade e disseminada ocupação do espaço que explica a atenção múltipla de que é alvo, em função de interesses societários, económicos e ambientais, com tradução em relevantes processos políticos e de governança, como vários estudos têm demonstrado.

No entanto, há carência de estudos que se foquem na necessária distinção entre áreas de baixa densidade (ABD) e outras com condições de maior vantagem, quanto à AF, apelando à necessidade de atenções específicas em termos de análise de carácter multidisciplinar e de políticas públicas.

Para o caso de Portugal continental, apresenta-se um trabalho que, embora exploratório, recorre à combinação de elementos estatísticos oficiais sobre os produtores agrícolas singulares, resultados do projeto AFAVEL (concluído em 2021) e documentação institucional de produção recente, com o objetivo de ilustrar e discutir as condições de permanência e de abandono da AF, na sua relação com a sustentação / sustentabilidade de ABD. A análise de elementos estatísticos, documentais e de fontes primárias sobre o abandono e razões de continuidade na atividade agrícola após 2009, permitem salientar a especificidade das ABD em termos de particulares carências e de desafios para a intervenção pública.

As conclusões apontam para a importância da continuidade e reforço de instrumentos de valorização territorial integrada e de promoção da resiliência da AF, dada a influência das atividades envolvidas na mitigação dos processos de despovoamento e de geração de desequilíbrios socioterritoriais, mas também na sustentação das condições de qualificação do ambiente e de uma socioeconomia plural.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Áreas de Baixa Densidade; despovoamento; socioeconomia plural

## Determinantes da produção agrícola no Vale do Ribeira

*Almeida, Luís Carlos Ferreira, UNESP/FCAVR REGISTRO, [luís.almeida@unesp.br](mailto:luís.almeida@unesp.br)*

*Vargas, Pablo Forlan, UNESP/FCAV – JABOTICABAL, [pablo.vargas@unesp.br](mailto:pablo.vargas@unesp.br)*

### Resumo

A Região do Vale do Ribeira Paulista, situado no sul do estado de São Paulo (Brasil), ainda que detenha em torno de 7,5% da área estadual, concentra apenas 0,6% da população e participa com 0,4% da riqueza total estadual. Caracteriza-se pela sua incipiente industrialização, com a predominância do setor de serviços e agricultura e por apresentar mais baixos indicadores socioeconômicos às demais regiões Paulista. Esse estudo teve como objetivo identificar os determinantes da produção agrícola no Vale do Ribeira. Para tanto, foram utilizados dados secundários provenientes de levantamentos socioeconômicos demográficos e da produção agropecuária além de mapas regionais de solos, cobertura vegetal.

Da análise dos dados, foi possível identificar três áreas distintas: O Lagamar, caracterizado pela sua paisagem de lagos, rio e mar que se inter cruzam, criando uma grande área de estuários e canais com rica biodiversidade, além de ecossistemas como restingas, mangues e a maior porção conservada e contínua de Mata Atlântica preservada; a segunda, que tem como principal elemento físico o Rio Ribeira de Iguape, percorrendo 260 km dentro do Vale do Ribeira, possui relevo plano e solos férteis ao longo de seu percurso, sendo essencial para a biodiversidade e para comunidades tradicionais como quilombolas, pescadores artesanais, indígenas e agricultores familiares; finalmente temos os contrafortes da Serra do Mar, que possuem áreas extremamente restritas para atividades agrícolas e de pecuária.

Essas três áreas foram determinantes na forma de como cada território foi ocupado. O Lagamar, sustenta atividades de serviços e turismo, incipiente produção agropecuária e indicadores socioeconômicos superiores a das demais áreas; Ao longo do Rio Ribeira, onde estão localizados terrenos de menor declividade e de maior fertilidade, é majoritariamente ocupado por grandes produtores, na sua maioria capitalizados, que devolvem basicamente a cultura da banana e a pecuária extensiva em pastagens nativas; contrafortes da Serra do Mar, apresentam fortes restrições para atividades agrícolas, no entanto, abrigam comunidades quilombolas, indígenas e agricultores familiares com fortes limitantes na escala de produção e geração de renda.

Conclui-se que esses contrastes espaciais e produtivos resultaram em formas desiguais de ocupação e acesso aos recursos naturais levando, ao longo do tempo, para o aprofundamento das desigualdades intra e extra regionais. As políticas públicas implementadas até o momento, não foram eficazes o suficiente para contemplar os diversos cenários e realidades de suas populações. A compreensão dessas realidades com o propósito de elaborar políticas de desenvolvimento respeitando suas especificidades são de grande importância para a redução das desigualdades que historicamente caracterizam a região.

**Palavras-chave:** Produção familiar; desenvolvimento territorial; quilombola



## **Produtos agrícolas de qualidade e gastronomia da Serra da Gardunha: bases para a criação de uma Rota Gastronómica Integral**

*Celso Manuel dos Reis Lopes, NECE-UBI, celso.m.lopes@gmail.com*

### **Resumo**

O turismo gastronómico tem vindo a afirmar-se como uma estratégia relevante para o desenvolvimento territorial sustentável, articulando agricultura, património cultural e turismo. A Serra da Gardunha, situada na Beira Interior Sul, apresenta uma forte identidade agrícola e gastronómica, destacando-se pela produção de cereja (Cova da Beira, DOP), azeite, mel, vinho e castanha, bem como por uma gastronomia marcada por pratos tradicionais como a sopa de castanhas, o cabrito assado e as migas com enchidos. O objetivo deste trabalho consistiu na inventariação dos produtos agrícolas de qualidade e da gastronomia das freguesias abrangidas pela Serra da Gardunha, assim, como de estruturas comerciais e entidades públicas, perspetivando a criação de uma rota gastronómica.

A metodologia combinou análise documental (bibliografia científica, registos oficiais de produtos DOP/IGP, planos estratégicos municipais) com recolha empírica (observação direta em feiras e festivais gastronómicos, visitas a estabelecimentos comerciais diversos, estabelecimentos de hotelaria e restauração e entrevistas exploratórias a produtores e agentes locais). Os resultados foram sistematizados em três categorias principais: produtos frescos, produtos transformados e pratos tradicionais e apresentadas as bases para a criação de uma Rota Gastronómica Integral.

Conclui-se que a diversidade agroalimentar e gastronómica identificada constitui uma base sólida para a implementação de uma Rota Gastronómica Integral da Serra da Gardunha, que poderá reforçar a identidade territorial, promover cadeias curtas de comercialização e gerar novas oportunidades de desenvolvimento turístico e económico.

**Palavras-chave:** Serra da Gardunha; turismo gastronómico; produtos agrícolas de qualidade; rotas gastronómicas; desenvolvimento territorial sustentável

## **Abastecimento alimentar e consumo familiar, a ruralidade e a cidade: férias, mercados locais e circuitos curtos agroalimentares**

*Eber Quiñonez, Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Coimbra. eber.quinonez@esac.pt*

### **Resumo**

Este artigo discute como diferentes formas de comércio local (feiras itinerantes, feiras locais [municipais] e “mercadinhos”) contribuem para a manutenção de relações não estritamente mercantis entre consumidores-produtores [e vendedores]. Este efeito deve-se à prevalência, tanto no campo como nos bairros urbanos, de socioeconomias em que o comércio local não obedece necessariamente aos princípios da troca económica e, em particular, aos da concorrência perfeita. Chamamos de socioeconomia à profunda incrustação das economias de mercado no universo das relações sociais locais fortemente baseadas na proximidade e no conhecimento mútuo em que são geradas.

Procuramos analisar, em primeiro lugar, o papel que estas formas de comércio local desempenham na distribuição e consumo de produtos agrícolas por uma população numerosa e heterogénea que resiste aos choques do sistema hegemónico de distribuição e comercialização agroalimentar e, em segundo lugar, como se processam. relacionam-se com a qualidade e a soberania alimentar, influenciando escolhas e impulsionando políticas públicas destinadas a proteger estas formas de comércio local que permanecem inseridas na esfera social, cultural e económica das populações locais. A informação disponibilizada resulta de um estudo realizado junto de produtores que participam ativamente em dois espaços desta natureza na cidade de Coimbra, onde foram estudadas iniciativas de circuitos curtos de comercialização agroalimentar.

**Palavras-chave:** feiras e mercadinhos, produção agrícola, sistemas de abastecimento, consumo alimentar

## **Do campo à mesa: valorizar o pão de variedades tradicionais**

Isabel Dinis, ESA-IPC, idinis@esac.pt

Sara Monteiro, ESA-IPC, verissimosara13@gmail.com

Ana Pereira, ESA-IPC, ana.s.pereira@hotmail.com

André Pereira, ESA-IPC, andre.pereira@esac.pt

Pedro Mendes-Moreira, ESA-IPC, pmm@esac.pt

### **Resumo**

As variedades tradicionais de plantas cultivadas representam não apenas um recurso produtivo, mas também um património cultural e histórico cuja preservação depende, em grande medida, da sua valorização económica. No caso dos cereais tradicionais, a retoma do seu cultivo enfrenta diversos desafios, de entre os quais a menor produtividade face às variedades modernas é um dos mais relevantes. Para que os agricultores encontrem incentivos reais à sua produção, é essencial compreender até que ponto os consumidores reconhecem valor a este tipo de produto e estão dispostos a pagar um preço mais elevado que compense os agricultores pelas quebras de produção. Com este estudo pretende-se analisar a disposição dos consumidores a pagar por pão produzido a partir de variedades tradicionais, utilizando o exemplo do trigo Barbela. Para tal, foram aplicados leilões experimentais em contexto de loja, recorrendo ao método Becker-DeGroot-Marschak, complementados com a estimação de um modelo hedónico de preços. Os resultados revelam que existe uma procura disposta a pagar um prémio pelo atributo “variedade tradicional”, ainda que essa valorização varie consoante as características socioeconómicas dos consumidores. Estes resultados sublinham o papel do mercado na conservação da agrobiodiversidade, mostrando que a preservação de cereais tradicionais pode ser apoiada através da diferenciação e valorização dos seus produtos no consumo quotidiano.

**Palavras-chave:** Cereais; Disposição a Pagar; Variedades Tradicionais

## Desempenho sustentável das explorações agrícolas, associado ao perfil do agricultor e tipo de exploração, nos diferentes contextos regionais

*Cândida Santos, CEMAT, IST-UL e INIAV, candida.santos@iniav.pt*

*M. Rosário Oliveira, CEMAT e IST-UL, rosario.oliveira@tecnico.ulisboa.pt*

*José G. Dias, ISCTE – IUL, jose.dias@iscte-iul.pt*

*Pedro Reis, INIAV e ITQB NOVA, pedro.reis@iniav.pt*

### Resumo

A União Europeia enfrenta desafios significativos na agricultura, pressionando os modelos de desenvolvimento atuais. Atualmente, o setor agrícola tem o grande desafio de aumentar a produtividade ao mesmo tempo que enfrenta a crescente escassez e degradação de muitos recursos naturais, destacando-se a perda de biodiversidade, da saúde dos solos e o esgotamento dos recursos hídricos. A nível estrutural, observa-se uma tendência de redução do número de explorações e aumento da sua dimensão média, fenómeno também evidente em Portugal. De acordo com o Recenseamento Agrícola de 2019, existiam 290 mil explorações, menos 4,9% do que em 2009, enquanto a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) aumentou 8,1%, alcançando 43% do território nacional.

Avaliar o desempenho sustentável das explorações agrícolas, considerando o perfil do agricultor, o tipo de exploração e o contexto regional, é crucial para apoiar a gestão e orientar políticas públicas eficazes. Este estudo analisa esse desempenho em três dimensões – económica, ambiental e social – com base em indicadores cientificamente reconhecidos, recorrendo, nomeadamente, à Rede de Informação Contabilística Agrícola (RICA) e ao Recenseamento Agrícola de 2019. As metodologias aplicadas combinam técnicas estatísticas de data mining, em particular aprendizagem não supervisionada, para identificar padrões de sustentabilidade.

Os resultados permitirão categorizar explorações agrícolas segundo o seu desempenho sustentável e contribuir para a conceção de políticas públicas que promovam práticas de gestão mais sustentáveis e a resiliência do setor face a desafios globais.

**Palavras-chave:** Desempenho sustentável das explorações agrícolas; indicadores de sustentabilidade; data mining; práticas de gestão

## A intensificação da cerealicultura em Portugal: uma questão anterior à Campanha do Trigo e ao Estado Novo

João Horta Marques – CEF, ISA, UL; MED\_U. Évora [jplhortamarques@gmail.com](mailto:jplhortamarques@gmail.com);

Ignacio García Pereda- CIUHCT\_UL. [igpereda@fc.ul.pt](mailto:igpereda@fc.ul.pt)

### Resumo

“O Problema do Trigo”, livro publicado em 1941 pelo Prof. Henrique de Barros que mais de 30 anos depois viria a ser Pres. da Assembleia da República, já abordava a irregularidade climática interanual característica do Clima Mediterrânico e efeito na cerealicultura.

A “Campanha do Trigo” foi iniciada pelo decreto 15 331 de 9 de Abril de 1928 de modo a organizar o sector pelo Ministro das Finanças Sinel de Cordes. António de Oliveira Salazar sucedia-lhe como Ministro das Finanças (2ª vez), desde 27 de Abril de 1928 até 28 de Agosto de 1940, acumulando funções de primeiro-ministro (1932 – 1968), criticou as políticas financeiras mas nada fez contra esse diploma, apesar de 12 anos antes ter escrito: *“De modo que o nosso Portugal se encontra cultivando o trigo...quando melhor conviriam outras culturas às condições do meio. É um desvio cultural histórico”*. Apesar disso, a intensificação insustentável da cultura do trigo prosseguiu. Vozes académicas, impuseram-se logo contra esta campanha como Vieira Natividade, Lima Basto, Botelho da Costa e, mais, recentemente (1950 – 1960), Mariano Feio e José Almeida Alves.

Neste trabalho constatou-se que quando o referido decreto saiu, já os solos menos férteis se encontravam cobertos de culturas pouco ajustadas às suas potencialidades, o que era criticado pelo próprio Salazar em 1916. Em 1850, Charles Bonnet já referia que na Serra do Caldeirão, possivelmente a zona mais árida de Portugal, eram desbravados matos para a cultura do trigo que depois era abandonada e de novo coberta pelos matos, de modo a que a fertilidade do solo se restabelecesse e a sucessão continuasse. A Campanha do Trigo, cujo vice-presidente era Manuel de Sousa da Câmara (Director do ISA) e o Presidente o Ministro da Agricultura em funções, apesar de efémera cumpriu o seu objectivo, mas degradando a fertilidade do solo pela insustentabilidade da intensificação.

Desde o final da Campanha do Trigo até à atualidade os solos mais degradados foram substituídos por pastagens. O presente trabalho também aborda a evolução histórica da área de solo afecta a cerealicultura, sobretudo desde a Revolução Agrícola.

Está a ser preparada a Política Agrícola de 2030 e Portugal terá que reflectir, dada a sua vulnerabilidade a factores externos. Ainda assim, modelos de sucesso como o da Herdade da Parreira (Ciborro) em solos pouco férteis, mas de uso agrícola, foram convertidas culturas de Prim./Verão, tradicionalmente de regadio, em culturas de Outono – Inverno, tradicionalmente de sequeiro, o que permitiu aumentar 6 vezes o valor acrescentado da água e, numa área de cerca de 200 ha, produzindo aproximadamente 1% de toda a produção de trigo em Portugal (área = 30 000 ha), ou seja, com um incremento de 50%.

Modelos de intensificação sustentável como o mencionado, podem ser extrapolados de modo a aumentar a sustentabilidade económica, sem comprometer a sustentabilidade ambiental, melhorando a Agricultura nacional.

**Palavras-chave:** Agricultura, intensificação sustentável, Salazar, solo, política

FCT, I.P., no âmbito do Projeto UID/00239: CEF e do LA/P/0092/2020. À Dra Rosário Fernandes e aos Técnicos António Saramago, José Alberto, Pedro e Linda Oliveira (ISA), Rosária Saiote (UÉvora), Susana Romano (UALg), Maria Caçador (INIAV) e à Prof. Paula Soares (CEF).

## **A segurança alimentar em tempos de conflito – a crise das subsistências na Covilhã (1914 – 1918)**

*Reis, José Pedro, CIDEHUS, josepedroreis88@gmail.com*

### **Resumo**

A presente comunicação tem como objetivo analisar a evolução dos preços dos produtos alimentares num período de exceção, nomeadamente durante a Primeira Guerra Mundial, que provocou uma crise de subsistências.

A preocupação com este estudo está sobretudo relacionada com as problemáticas da segurança alimentar decorrentes de um conflito bélico que se previa de curta duração, mas que se prolongou no tempo e para o qual, os mercados não estavam claramente preparados.

Em virtude dessa falta de preparação, quem acabaria por sofrer seria o cidadão comum, sobretudo aquele com fracos recursos económicos, que constituía a grande maioria da população, que rondava os cinquenta mil habitantes na época.

A pujança do seu polo industrial seria fortemente condicionada pela 1ª Grande Guerra, com a sua população a sofrer graves consequências no seu dia a dia.

Após uma análise detalhada de diversas fontes documentais, nomeadamente os vários documentos do espólio do Arquivo Municipal deste concelho, bem como outras fontes de cariz sobretudo económico, como os almanaques anteriormente publicados, iremos explorar as consequências deste conflito para os mercados alimentares deste município.

Estamos perante uma época de exceção, em que a produção agrícola e as necessidades de abastecimento de produtos alimentares foram postas à prova num conjunto de circunstâncias provocadas por este conflito bélico, para o qual a economia portuguesa claramente não estava devidamente preparada.

**Palavras-chave:** Covilhã; Crise das Subsistências; Economia de Guerra; 1ª Guerra Mundial

## **A azeitona como objeto de estudo e progresso no mundo rural, ao abrigo da Junta Nacional do Azeite (1936-1972)**

*Tiago, Gomes; CIUHCT/FCUL, tpereiragomes@hotmail.com*

### **Resumo**

O princípio de autarcia do estado, no que respeita aos recursos naturais, conduziu à criação do primeiro Laboratório de Estado – a Estação Agronómica Nacional (1936). Mas a agenda científica do regime não se restringiu aos grandes Laboratórios de Estado.

Alicerçou-se também na criação de entidades corporativas, em concordância com os objetivos ideológicos do regime, que viessem a assegurar a massificação da produção de alimentos essenciais - o trigo, o vinho, o azeite e as frutas. Assim, a partir de 1936, surgiram a Junta Nacional das Frutas, a Junta Nacional do Azeite e a Junta Nacional do Vinho.

Apesar da importância do azeite para o regime do Estado Novo, os mecanismos de funcionamento e de ação da Junta Nacional do Azeite ainda não foram alvo de uma reflexão histórica, que destaque o seu real impacto no setor, entre 1936 e 1972, ano em que é convertida, por agregação com a Comissão Reguladora de Oleaginosas e Óleos Vegetais, no Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos.

Tendo, além do azeite, a azeitona como alimento-alvo na sua ação, desde os seus primórdios até ao momento de reconversão, há a registar a produção de estudos diversificados sobre as espécies de azeitonas existentes em território nacional, com o intuito de mapear as diferentes regiões, segundo o seu clima, as espécies aí colhidas e a qualidade do seu olival – com o intuito de tornar mais eficaz a produção de azeite como um todo.

Assim, vários destes estudos, ao incidir sobre múltiplos pontos do território longe das grandes cidades, expuseram, quer em relato escrito, quer em registo visual, a vivência do mundo rural associado ao setor da azeitona e do azeite. Propõe-se, por conseguinte, apresentar um primeiro olhar sobre esta faceta das zonas rurais, em Portugal, no período de vigência da Junta Nacional do Azeite na supervisão do setor, a partir de estudos agrários em torno da azeitona e de registos escritos e fotográficos sobre as regiões estudadas.

**Palavras-chave:** Azeitona; colheita; estudos agrários; Junta Nacional do Azeite

## Dinâmicas territoriais da agricultura intensiva no Alqueva: do passado para o futuro

*Eduardo Gomes, CEG/TERRA, IGOT-UL, eduardojonas@edu.ulisboa.pt*

### Resumo

Nas últimas décadas, o perímetro de regadio do Alqueva, o maior projeto hídrico de Portugal, tem assistido a um crescimento acelerado da agricultura intensiva, com a substituição dos sistemas extensivos de montado e pastagens por olival, amendoal e vinha de alta densidade, gerando impactos significativos na biodiversidade, nos serviços de ecossistemas e na gestão de recursos hídricos. Este estudo analisa a evolução espaço-temporal dessa intensificação entre 2007 e 2023 e projeta um cenário até 2040, recorrendo à interpretação visual de ortofotografias de alta resolução (50 cm) em 15 concelhos sob influência do regadio do Alqueva para mapear padrões de plantação com espaçamento regular até 6 × 6 m, e a um modelo de autómatos celulares que incorpora variáveis condicionantes como tipo de solo, declive, proximidade a condutas de rega e à rede viária. A análise de *hotspots*, identifica concentrações significativas de expansão junto aos principais canais de distribuição, enquanto áreas de menor acessibilidade apresentam taxas reduzidas de conversão. Entre 2007 e 2023, verificou-se a transformação de mais de 60 % das áreas agrícolas e florestais em sistemas intensivos, e a projeção para 2040 aponta para um aumento superior a 700 ha, reforçando a tendência de expansão. Estes resultados evidenciam a necessidade de políticas públicas que articulem competitividade agrícola com conservação da natureza, propondo diretrizes de ordenamento territorial, incentivos a práticas agroambientais e monitorização contínua para mitigar os *trade-offs* entre produção e sustentabilidade.

**Palavras-chave:** agricultura intensiva; Alqueva; autómatos celulares; hotspots espaciais; sustentabilidade territorial.

*Este estudo foi financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal, no âmbito do Projeto 2023.11164.PEX.*



## ***Amaranthus palmeri* S. Wats uma perigosa planta invasora de culturas anuais de primavera-verão**

Isabel Calha<sup>1</sup> INIAV, GREEN-IT isabel.calha@iniav.pt

João Portugal<sup>2</sup>, ESA/IPBEJA, jportugal@ipbeja.pt

### **Resumo**

A identificação da presença da espécie *Amaranthus palmeri* S. Watson em Portugal Continental representa uma ameaça de "risco elevado" para os agroecossistemas nacionais. Identificada como uma das infestantes mais problemáticas e economicamente prejudiciais a nível global, a espécie foi recentemente detetada em campos de milho na região do Ribatejo. A sua disseminação assenta numa combinação de características bioecológicas que são particularmente favoráveis à sua dispersão, nomeadamente pela quantidade de sementes que produz (podendo exceder as 600.000 por planta), ter um crescimento extremamente rápido (até 7 cm por dia) e desenvolver facilmente resistência a múltiplos herbicidas.

A natureza dióica da planta, com indivíduos masculinos e femininos separados, facilita a polinização cruzada e a rápida disseminação de genes de resistência, tornando o controlo químico uma estratégia insustentável a longo prazo.

A primeira deteção em Espanha ocorreu nas províncias de Lérida (Catalunha) em bermas de estrada e campos de milho, em 2007. Desde então, a infestante expandiu-se para outras regiões do país, incluindo Aragão, Extremadura e Andaluzia, com a presença também documentada em áreas portuárias e industriais que constituem eventuais pontos de entrada a partir do Continente Americano. A experiência da invasão em Espanha, e o risco das populações serem já potencialmente resistentes, por terem sido selecionadas em culturas de milho, algodão ou soja geneticamente modificadas tolerantes a herbicidas com diferentes modos de acção como os inibidores de ALS (sulfonilureias) e o glifosato, serve como um alerta crucial para o potencial evolutivo desta infestante.

Na fase atual a abordagem ao problema é o de "tolerância zero", dando-se ênfase na erradicação dos focos iniciais para prevenir o estabelecimento e a dispersão generalizada. A inação poderá resultar em perdas de rendimento significativas e em desafios económicos e de gestão de longo prazo.

**Palavras-chave:** Crescimento rápido; disseminação; resistência a herbicidas; tolerância zero, invasora.

## **Agricultura familiar em assentamentos da reforma agrária: análise SWOT e estratégias de marketing para sistemas alimentares sustentáveis.**

*Lima, Edilson Niehues Rodrigues, Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, edrodrigues20@gmail.com*

*Marjotta-Maistro, Marta Cristina, Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, marjotta@ufscar.br*

### **Resumo**

O objetivo da pesquisa foi compreender a relação entre os processos de comercialização e as percepções dos agricultores sobre como esses canais de venda afetam sua renda. É importante observar que este artigo apresenta um segmento específico dessa pesquisa, com foco na discussão de algumas oportunidades identificadas nesse contexto. O instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado aplicado em 70 agricultores familiares, com foco nas estratégias de comercialização e na estruturação de circuitos curtos. Esses blocos incluíram perguntas abertas e fechadas.

Posteriormente, uma matriz SWOT foi aplicada como ferramenta de análise estratégica para identificar como os fatores internos (forças e fraquezas) interagem com os externos (ameaças e oportunidades). A principal vantagem da matriz SWOT na formulação de estratégias reside em sua capacidade de cruzar forças com oportunidades e ameaças, bem como fraquezas com esses mesmos elementos externos. A análise dos resultados dessas combinações revela o nível de preparação da organização — neste caso, os agricultores do assentamento — para enfrentar o futuro delineado e representado na matriz. Inicialmente, é essencial que cada fator interno seja considerado em relação aos elementos do ambiente externo. Essa técnica permite identificar o grau de preparação da organização para aproveitar oportunidades ou mitigar os efeitos negativos das ameaças — fatores sobre os quais ela tem controle total.

Os principais resultados foram: Oportunidades vs. Pontos fortes: usar redes de apoio para criar cooperativas e acessar mercados institucionais (PAA/PNAE); promover feiras locais com produtos agroecológicos, aproveitando a crescente demanda. Ameaças vs. Pontos fortes: fortalecer a resistência coletiva contra a pressão de grandes produtores ou especuladores de terras; usar práticas tradicionais para mitigar os riscos climáticos (por exemplo, policulturas, sistemas agroflorestais, práticas agroecológicas). Oportunidades vs. Pontos fracos: fazer parcerias com ONGs para treinamento em certificações e tecnologias de baixo custo; investir em infraestrutura com o apoio de políticas públicas (por exemplo, cisternas, energia solar). Ameaças vs. Pontos fracos: a falta de regularização fundiária pode dificultar o acesso ao crédito; o êxodo rural aumenta a dependência de uma força de trabalho envelhecida.

O estudo reforça a importância de compreender a dinâmica dos canais de comercialização e seu impacto sobre os pequenos produtores. Investir em estratégias que equilibrem o acesso ao mercado, a estabilidade financeira e a viabilidade operacional é essencial para fortalecer a agricultura familiar e garantir sustentabilidade a longo prazo.

**Palavras-chave:** Estratégias de comercialização; Sustentabilidade; Agricultura familiar.

## **Carta de Adequabilidade Agrícola na Região de Lisboa e Vale do Tejo: uma abordagem baseada em machine learning**

*Mariana Conceição, IGOT/UL, mariana-conceicao@edu.ulisboa.pt*

*Cláudia M. Viana, IGOT/UL, claudiaviana@edu.ulisboa.pt*

*Eduardo Gomes, IGOT/UL, eduardojonas@edu.ulisboa.pt*

*Jorge Rocha, IGOT/UL, jorge.rocha@edu.ulisboa.pt*

### **Resumo**

Este estudo apresenta uma abordagem sistemática à avaliação da aptidão agrícola na região de Lisboa e Vale do Tejo, combinando evidência empírica e modelação preditiva para suportar o planeamento territorial. A área de estudo apresenta uma grande diversidade — marcada por gradientes Atlântico - Mediterrânicos, variações de textura e profundidade dos solos e regimes hídricos contrastantes — tornando particularmente relevante a criação de uma carta de adequabilidade agrícola.

Numa primeira etapa, a partir da carta de ocupação cultural, foram identificadas as culturas declaradas, destacando-se as seis mais representativas, Milho, Vinha, Pinhão, Arroz, Tomate e Olival. As parcelas correspondentes permitiram a extração de pontos de amostragem, que foram utilizados na elaboração do modelo das cartas de adequabilidade para a agricultura. A avaliação da aptidão agrícola baseou-se na integração de dados relativos ao solo. A metodologia de criação da cartografia de adequabilidade para a agricultura seguiu uma abordagem ecológica ou biofísica, considerando unicamente as condições naturais do solo. Assim, não foram incluídas variáveis relacionadas com intervenções humanas, práticas de melhoria do solo ou factores socioeconómicos. Dado que os indicadores eco-pedológicos foram representados sob a forma de dados geoespaciais contínuos (raster), foi aplicado um modelo preditivo à totalidade da área de estudo. Utilizou-se o modelo de máxima entropia (MaxEnt) para a compatibilização das variáveis.

A avaliação de adequabilidade agrícola na região de Lisboa e Vale do Tejo demonstrou que o modelo MaxEnt, aplicado exclusivamente a variáveis eco-pedológicas, apresenta desempenho robusto (AUC  $\geq 0,80$  para as seis culturas dominantes e  $\geq 0,70$  para as cinco culturas adicionais consideradas estratégicas). A Água Disponível no Solo (AWC), o pH e a Densidade Aparente surgem repetidamente como os preditores mais influentes, revelando a importância da retenção hídrica, da fertilidade química e da estrutura física do solo para a produtividade das culturas. Os mapas resultantes evidenciam padrões espaciais claros de aptidão, permitindo discriminar áreas de elevado potencial de zonas com limitações naturais mais marcadas. Estes resultados oferecem uma base científica sólida para orientar políticas de ordenamento agrícola, priorizar investimentos em rega eficiente e seleccionar culturas ajustadas às condições edafoclimáticas locais.

**Palavras-chave:** Adequabilidade agrícola; MaxEnt; Lisboa e Vale do Tejo; Machine Learning

## **Análise da gestão da qualidade nas empresas lácteas do Brasil: estudo de caso**

### **[Poster]**

*Guirau, Bianca Guadagnin, , Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, [biancagg@estudante.ufscar.br](mailto:biancagg@estudante.ufscar.br)*

*Marjotta-Maistro, Marta Cristina, UFSC-CCA, [marjotta@ufscar.br](mailto:marjotta@ufscar.br)*

*Montebello, Adriana Estela Sanjuan, UFSC-CCA, [adrianaesm@ufscar.br](mailto:adrianaesm@ufscar.br)*

*Lima, Edilson Niehues Rodrigues, UFSC-CCA, [edrodrigues20@gmail.com](mailto:edrodrigues20@gmail.com)*

### **Resumo**

A cadeia produtiva do leite desempenha um papel fundamental na economia brasileira, especialmente nas áreas rurais, onde é responsável por uma importante geração de renda e emprego. O Brasil ocupa o terceiro lugar entre os maiores produtores mundiais de leite, com uma produção anual de mais de 34 bilhões de litros.

Dada a relevância do tema, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar as ferramentas e métodos de gestão da qualidade utilizados pelas grandes empresas do setor leiteiro de São Paulo, analisando como essas práticas contribuem para sua sustentabilidade e competitividade.

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, utilizando artigos acadêmicos e relatórios de qualidade disponíveis nos sites das empresas analisadas. Para apresentar um panorama atual da gestão da qualidade no setor, foram utilizados dados obtidos de fontes como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O estudo também analisou os relatórios publicados pelas grandes empresas de laticínios, que detalham as estratégias e ações implementadas para garantir altos padrões de qualidade.

A cadeia produtiva do leite no Brasil é complexa, abrangendo desde pequenos produtores familiares até grandes empresas lácteas. O último Censo Agropecuário do IBGE (2019) registrou que mais da metade do leite produzido no país (53,6%) provém de apenas 7,4% dos produtores, que produzem mais de 200 litros por dia. Por outro lado, cerca de 1,1 milhão de produtores (92,6%) têm uma produção diária inferior a 200 litros, enfrentando desafios como acesso limitado a tecnologias e mercados mais competitivos. As principais ferramentas de gestão da qualidade utilizadas pelas empresas de produção selecionadas foram: diagnóstico visual da mastite no momento da ordenha; saúde animal (vacinação); bem-estar dos animais; ordenha e embalagem no mesmo local e controle da biossegurança e padronização genética. Para estudos futuros, é importante investigar a viabilidade de implementar tecnologias acessíveis para pequenos produtores, a fim de reduzir a lacuna com as grandes empresas. Por fim, a crescente digitalização global abre espaço para estudos que explorem o uso da inteligência artificial e da automação na gestão da qualidade do leite.

**Palavras-chave:** Pecuária leiteira; Competitividade; Qualidade.

## **Análise dos custos de produção do tomate no Distrito Federal – Brasil [Poster]**

*Santos, Jeronimo Alves dos, Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, [jeronimo@ufscar.br](mailto:jeronimo@ufscar.br)*

*Marjotta-Maistro, Marta Cristina, UFSC-CCA, [marjotta@ufscar.br](mailto:marjotta@ufscar.br)*

*Macedo, Maria Thereza Pedroso, EMBRAPA Hortaliças, Brasil, [maria.pedroso@embrapa.br](mailto:maria.pedroso@embrapa.br)*

*Montebello, Adriana Estela Sanjuan, UFSC-CCA, [adrianaesm@ufscar.br](mailto:adrianaesm@ufscar.br)*

### **Resumo**

O tomate é um dos vegetais mais consumidos no Brasil e no mundo, sendo o país o 9º maior produtor mundial, destacando-se tanto pelo volume quanto pelas tecnologias utilizadas. A produção é dividida entre tomate de mesa e tomate industrial, com expansão do segmento industrial devido à maior demanda por alimentos processados. No Brasil, os tomates de mesa são comumente cultivados em treliças, predominantes no sudeste e sul, enquanto os tomates rasteiros são destinados à indústria, principalmente em Goiás. O cultivo de tomate em treliça exige muita mão de obra em várias etapas do processo produtivo, ao contrário do tomate industrial, que utiliza tecnologia avançada e menos mão de obra. A produção industrial é caracterizada pelo uso de grandes máquinas e contratos formais entre produtores e indústrias, enquanto os tomates de mesa seguem padrões de comercialização mais informais.

Este estudo analisou a evolução dos custos de produção do tomate (campo aberto/estufa) no Distrito Federal (DF) do Brasil entre 2013 e 2023, com base em dados da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (SEAGRI-DF) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-DF). Foi avaliado o impacto dos insumos e serviços nos custos totais.

Os resultados revelaram um aumento substancial, afetando tanto o cultivo a céu aberto quanto o cultivo em estufa. Esse aumento reflete interações complexas do mercado e fatores econômicos globais, que apresentam desafios importantes para os produtores. Além dos insumos, a mão de obra também influenciou significativamente os custos. A valorização do salário mínimo e a inflação contribuíram para o aumento dos custos em atividades intensivas em mão de obra, como a colheita e a classificação. Esses elementos são críticos, dado o peso da mão de obra nas operações agrícolas. Os investimentos em tecnologia têm sido uma resposta aos desafios da produção. Sistemas como a irrigação por gotejamento buscam melhorar a eficiência, mas também aumentam os custos gerais.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados ao avaliar o impacto desses aumentos de custos, revelando que os produtores enfrentam margens de lucro reduzidas, comprometendo a viabilidade econômica da atividade. Esse cenário é especialmente problemático para os pequenos e médios produtores, que podem ter que reduzir suas operações ou, em casos extremos, abandonar completamente o cultivo de tomate.

**Palavras-chave:** Mecanização; Fertilizantes; Viabilidade econômica

## **Evolução e Perspectivas da Agricultura de Precisão e Inteligência Artificial no Setor Sucroalcooleiro do estado de São Paulo – Brasil [Poster]**

*Mazzi, João Vitor Costa, Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, joao.mazzi@estudante.ufscar.br*

*Santos, Jeronimo Alves dos, UFSC-CCA, jeronimo@ufscar.br*

*Marjotta-Maistro, Marta Cristina, UFSC-CCA, marjotta@ufscar.br*

### **Resumo**

Este estudo teve como objetivo analisar a evolução da Agricultura de Precisão (AP) no setor sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, Brasil, juntamente com as perspectivas da inteligência artificial (IA). Esta pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo, sendo as análises realizadas por meio de levantamento de dados secundários em literatura específica. Neste sentido, foram identificados os principais instrumentos da AP, como sensores, drones e sistemas de GPS, e analisados seus impactos produtivos, econômicos e ambientais. Os resultados mostram que a AP melhora o monitoramento em tempo real e a tomada de decisões, embora enfrente desafios como o alto custo de implementação e a necessidade de profissionais qualificados. A principal limitação é a falta de cobertura de sinal em áreas de campo, o que dificulta a transmissão de dados. Este trabalho contribui ao fornecer conhecimentos sobre como a AP e a IA podem otimizar o uso de recursos e aumentar a produtividade agrícola, além de destacar a importância de desenvolver *softwares* que integrem dados de frotas agrícolas. Conclui-se que, apesar dos desafios, a adoção dessas tecnologias oferece benefícios significativos e pode transformar o setor em termos de sustentabilidade e eficiência técnica e econômica.

**Palavras-chave:** Rendimento; economia; ambiente; sustentabilidade.

### **Tema 3 - Rural, Floresta e Natureza**

## Alcatrão: um produto resinoso no Pinhal de Leiria no século XIX

João Horta Marques, CEF,ISA-UL e MED-UE, [jplhortamarques@gmail.com](mailto:jplhortamarques@gmail.com)

Miguel Pestana, INIAV, [miguel.pestana@iniav.pt](mailto:miguel.pestana@iniav.pt)

Paula Soares, CEF, ISA-UL, [paulasoares@isa.ulisboa.pt](mailto:paulasoares@isa.ulisboa.pt)

### Resumo

A produção de alcatrão em Portugal, inicia-se, em 1790, na Marinha Grande, com a vinda de um mestre alcatroeiro de Ragusa a convite do Ministro da Marinha Martinho de Mello e Castro. Este mestre alcatroeiro introduziu a utilização de fornos fechados – os fornos ragusanos. O alcatrão era obtido por combustão lenta a partir de achas de madeira de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster* Ait.). Mais tarde, estes fornos foram complementados com os fornos americanos de Varnhagen, à época, coronel e administrador do Pinhal de Leiria. Associada à produção do alcatrão, obtinham-se alguns produtos secundários com valor económico – o carvão e a água russa. A produção de alcatrão no Pinhal de Leiria atingiu o apogeu no séc. XIX, a par do desenvolvimento da construção naval e dos produtos de cordoaria. Alterações na construção naval – com a dominância dos chamados “navios de ferro”, o baixo rendimento associado à produção do alcatrão e alterações na condução do Pinhal de Leiria levaram ao abandono da produção de alcatrão. Neste trabalho descreve-se a cadeia de produção de alcatrão, no Pinhal de Leiria, no século XIX.

**Palavras-chave:** produtos resinosos; pinheiro-bravo; acha; fornos

*Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Projeto Integrado RN21 – Inovação na Fileira da Resina Natural para o Reforço da Bioeconomia Nacional, financiado pelo Fundo Ambiental através da Componente 12 (Investimento TC-C12-i01 – Bioeconomia Sustentável - Avisos Nº 1/C12- i01/2021 e Nº 2/C12- i01/2022), dos fundos europeus atribuídos a Portugal pelo PRR, no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) da União Europeia, enquadrado no Next Generation UE, para o período de 2021-2026. Este trabalho é parcialmente financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto UID/00239: Centro de Estudos Florestais.*



## **Extração de Seiva em Portugal – Inovação sustentável nas florestas comunitárias**

*Tiago Lima, CEF/TERRA e CEANB/InBIO, ISA-UL*

*Pedro Casinhas, Keen Tours, Lda, info@keentours.com*

*Rita Barros, Keen Tours, Lda, info@keentours.com*

*Larissa Pêgo, Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês, absgeres@gmail.com*

*Maria Pereira, Agrupamento de Baldios da Serra do Gerês, absgeres@gmail.com*

*Margarida Tomé, CEF/TERRA, ISA-UL*

*Iryna Skulska, CEANB/InBIO, ISA-UL, irynaskulska@isa.ul.pt*

### **Resumo**

As florestas comunitárias, em terrenos baldios, desempenham um papel fundamental para as comunidades locais. No entanto, é comum enfrentarem múltiplas restrições, tais como o Regime Florestal e Áreas Protegidas, que limitam os usos do solo e seus aproveitamentos. Apesar disso, há uma classe de produtos cuja exploração coaduna com essas condições – os Produtos Florestais Não-Lenhosos. Estes representam os produtos da floresta para além da madeira, e exploráveis sem abate de árvores. Para além dos produtos conhecidos como a cortiça ou a resina, neste estudo exploramos a seiva.

Existem duas espécies produtivas nativas das montanhas do Centro e Norte de Portugal – *Betula pubescens* (bétula/bidoeiro) e *Acer pseudoplatanus* (ácer/bordo/padreiro) –, contudo a seiva continua desaproveitada. Apesar da seiva de bétula estar bem estabelecida no Centro e Leste da Europa, e a seiva de ácer muito valorizada no Canadá e EUA, não foi encontrado nenhum estudo a avaliar o seu potencial nas condições do Mediterrâneo.

Este estudo avalia o potencial da extração sustentável de seiva nestas espécies nativas. Através de uma abordagem plurivalente, estamos a selecionar povoamentos adequados, testar métodos de extração, e a analisar tanto a concentração de açúcar como o rendimento de seiva (volume) – o que determina o potencial económico.

Ao integrar investigação com inovação comunitária, esta iniciativa procura alavancar novas oportunidades económicas para os pequenos produtores florestais dos baldios. O rendimento adicional da produção de seiva incentiva a gestão florestal, contrariando o abandono rural e o consecutivo risco de incêndio. Pela natureza singular dos baldios, estas receitas geradas são investidas na comunidade local, e a boa gestão proporciona externalidades positivas para a mesma. Para acelerar a adoção dos resultados em equilíbrio com investigação e conhecimento local, desenvolvemos este projeto num consórcio entre centros de investigação, agrupamentos de baldios e pequenos negócios locais.

Os resultados previstos incluem parcelas experimentais de produção, um modelo de árvore individual para estimar o rendimento, e produtos de valor acrescentado.

**Palavras-chave:** Seiva das árvores; Produtos Florestais Não-Lenhosos; Bioeconomia; Florestas de Montanha

## A Subericultura de Joaquim Vieira Natividade após 75 anos

João Horta Marques, CEF/TERRA, ISA-UL e MED, EU, [jplhortamarques@gmail.com](mailto:jplhortamarques@gmail.com)

Paula Batista Santos, CEF/TERRA, ISA-UL, [bbsantos@isa.ulisboa.pt](mailto:bbsantos@isa.ulisboa.pt)

Ignacio García Pereda, CIHCT, FC-UL, [igpereda@fc.ul.pt](mailto:igpereda@fc.ul.pt)

### Resumo

Em 1950, Joaquim Vieira Natividade publica o livro *Subericultura* e demite-se da direção da Estação Experimental do Sobreiro e do Eucalipto, em Alcobaça. Esta estação acabou por encerrar, por ninguém a ter dirigido com a mestria do seu fundador. Em antítese a este desfecho o livro *Subericultura* mantém-se como a principal obra de referência das práticas culturais do sobreiro. Neste trabalho, procede-se a uma análise das práticas atuais em comparação com aquelas descritas na obra *Subericultura*, com enfoque particular no Montado.

A obra encontra-se dividida em 13 capítulos, organizados em várias secções, num total de 387 páginas ilustradas com mapas, fotografias e esquemas, onde são explicadas o melhor possível as técnicas de silvicultura aplicadas ao sobreiro. São abordados aspetos relacionados com a produção, a descrição celular do sobreiro e da cortiça, bem como a vegetação do sobreiral da época, com referência a diversos estudos nacionais e internacionais. No total, foram citados 366 trabalhos.

O tempo veio demonstrar a sustentabilidade da obra *Subericultura* de Joaquim Vieira Natividade, nomeadamente através do aumento progressivo, ao longo dos últimos 75 anos, da área de pastagens à base de leguminosas nos solos de Montado, em detrimento das culturas arvenses. Nestes solos, Natividade, tantas vezes “pregando no deserto”, alertava que a reduzida fertilidade estava a ser degradada pela “Campanha do Trigo”, o que demonstra a pertinência dos seus conselhos.

Das inúmeras operações preconizadas, incluindo ensaios de reprodução vegetativa e práticas que deveriam ser abolidas, o enfoque deste trabalho centrou-se no Montado de Sobro, nas rotações atualmente praticadas com leguminosas — defendidas por Natividade — e no seu impacto na qualidade da cortiça.

Sugere-se uma reedição desta obra dado o facto de se encontrar esgotada e da maioria das operações preconizadas estarem no momento a ser implementadas. Esta obra pode ser complementada com a evolução entretanto verificada na área da Subericultura.

**Palavras-chave:** Agrofloresta, Montado, *Quercus suber* L., solo, silvicultura

*Financiamento pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto UID/00239: Centro de Estudos Florestais e do LA/P/0092/2020. Agradece-se, também, à Doutora Rosário Fernandes e aos Técnicos António Saramago, José Alberto, Pedro e Linda Oliveira (Biblioteca do ISA), Rosária Saiote (Biblioteca da UÉvora), Susana Romano (Biblioteca da UAlg) e Maria Caçador (Biblioteca do INIAV), às Professoras Paula Soares e Helena Pereira (CEF/ISA) e à Investigadora Augusta Costa (INIAV).*

## Comunidade e Inovação na Gestão Florestal: Abordagens colaborativas para regiões mais resilientes

*Cristina Ribeiro, CoLAB ForestWISE, cristina.ribeiro@forestwise.pt*

*Sandra Valente, CoLAB ForestWISE, sandra.valente@forestwise.pt*

*Jorge Cunha, CoLAB ForestWISE, jorge.cunha@forestwise.pt*

### Resumo

Na Região Centro, em particular nos territórios da Região de Coimbra e do Médio Tejo, está a ser implementado um projeto demonstrador que tem como enfoque desenvolver soluções para promover a gestão e valorização da floresta, de forma a contribuir para uma diminuição da ocorrência e dos impactos de grandes fogos rurais. Esta iniciativa está a ser desenvolvida no âmbito do projeto RESIST - Regions for climate change resilience through Innovation, Science and Technology, como estratégia de adaptação às alterações climáticas.

Assente nos modelos propostos pelas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia (CA), incluídos no Programa de Transformação da Paisagem, estão a ser promovidas soluções de gestão do território em diversos casos estudados na região de Coimbra. Estas soluções visam aumentar a resiliência do território aos fogos rurais, através de beneficiação dos povoamentos florestais, alteração de uso e ocupação do solo e redução da carga combustível. Neste contexto, estas intervenções, que estão a ser implementadas em parte do território de AIGP ou numa faixa em torno das aldeias, foram definidas com um forte envolvimento e participação dos proprietários e comunidades locais. A abordagem de ‘baixo para cima’ adotada na promoção destas soluções pretende definir intervenções nas quais os proprietários se revejam, impulsionando novos modelos de governança nestes territórios.

Esta comunicação visa apresentar a abordagem metodológica implementada nos casos de estudo, que combina a aplicação de diferentes métodos e técnicas de envolvimento dos agentes, ajustando-se às especificidades dos contextos territoriais, socioeconómicos e culturais. Num processo em que já foram intervencionados mais de 100 hectares, em diversos casos de estudo, pretende-se identificar dificuldades, sucessos e aprendizagens resultantes dos processos participativos, como forma de replicar casos de sucesso em outros territórios com desafios similares.

**Palavras-chave:** Abordagem participativa; Gestão do Território; Governança Territorial; Região de Coimbra

## **Explorando a gestão florestal e os impactos do cadastro simplificado**

*Ernesto Deus, CES-UC e ESAC-IPC, ernesto.deus@esac.pt*

*Catarina Frade, FE-UC e CES-UC, cfrade@fe.uc.pt*

*Joaquim Sande Silva, ESAC-IPC, jss@esac.pt*

### **Resumo**

A falta de gestão florestal nos espaços rurais em Portugal tem sido associada ao declínio económico e sociodemográfico destes territórios, aos incêndios rurais e ao desconhecimento da titularidade dos prédios rústicos. O Sistema de Informação Cadastral Simplificado e o Balcão Único do Prédio (BUPi) são medidas destinadas a promover a identificação dos titulares e a localização dos prédios rústicos, ambicionando contribuir para uma maior gestão florestal e para a prevenção de incêndios. Esta comunicação apresenta resultados de um estudo que explorou a incidência de gestão florestal nos territórios rurais e a sua interação com a área abrangida pelo BUPi, respondendo a questões como: que tipos de floresta são mais geridos? Que fatores explicam a ocorrência de gestão florestal? O BUPi tem promovido a gestão florestal? Para responder a estas questões, foi realizada uma amostragem aleatória e emparelhada de 340 pares de prédios rústicos com e sem BUPi nas regiões Centro e Norte. Os prédios foram analisados com imagens aéreas e fotografias do Google Street View, usando as fotografias mais antigas (T1) e recentes (T2) quando disponíveis (2009-2024), possibilitando analisar dinâmicas em relação à data de inscrição no BUPi. Foram recolhidos dados sobre: data de inscrição dos prédios no BUPi; ocupação do solo; ocorrência de gestão; proximidade a edifícios e áreas urbanizadas; perigosidade de incêndio; frequência de incêndios.

Verificou-se que, uma pequena parte dos prédios estava gerida em T1 e T2, incluindo 25-27% das florestas e 18-20% dos incultos. Os pinhais foram o tipo de floresta mais gerido (40%) por oposição aos eucaliptais (25%). No geral, observou-se maior gestão nos prédios inscritos no BUPi, mas não foi conclusivo o efeito desta medida. Verificou-se forte tendência para pares de prédios (com e sem BUPi) coincidirem no estado de gestão (com ou sem gestão), sugerindo uma maior influência de fatores locais na gestão florestal. A ocorrência de gestão parece estar positivamente associada à proximidade a edifícios e a zonas urbanas, e ao tempo desde o último incêndio, e negativamente associada à frequência de incêndios. Não se encontrou relação entre a dimensão dos prédios e gestão. Este estudo contribui para a discussão sobre a problemática da gestão dos espaços rurais e do impacto do cadastro da propriedade rústica, cujos resultados poderão informar políticas e estratégias de promoção da gestão florestal e de prevenção de incêndios.

**Palavras-chave:** BUPi; abandono florestal; incêndios rurais; Google Street View

*Estudo desenvolvido por um consórcio de investigadores CES-FEUC no âmbito de um estudo de avaliação realizado para a eBUPi e financiado pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.*

## **Mapas colaborativos para gestão do risco de incêndio em baldios**

*Ana Catarina Sequeira, CEABN-InBIO, ISA-UL, catarinasequeira@isa.ulisboa.pt*

*Iryna Skulska, CEABN-InBIO, ISA-UL, irynaskulska@isa.ulisboa.pt*

*Francisco Coluna, CEABN-InBIO, ISA-UL, franciscocoluna@hotmail.com*

*Vanda Acácio, CEABN-InBIO, ISA-UL, vandacacio@gmail.com*

*Conceição Colaço, CEABN-InBIO, ISA-UL, ccolaco@isa.ulisboa.pt*

### **Resumo**

No século XX, o impacto dos incêndios rurais aumentou significativamente nos ecossistemas portugueses, sendo que as alterações climáticas, no uso do solo e na demografia vieram agravar este risco, especialmente em áreas de propriedade comunitária (baldios), onde se registaram alguns dos incêndios com maior severidade das últimas décadas. Os baldios, que ocupam cerca de meio milhão de hectares, são um património socioecológico fundamental, mas a sua gestão é complexa, exigindo novas abordagens colaborativas e integradas.

Neste contexto, e no âmbito do projeto SaferLands, que visou desbloquear a gestão colaborativa do risco e propor melhorias ao quadro legislativo dos baldios, foi desenvolvido um processo de mapeamento colaborativo do risco de incêndio nos Agrupamentos dos Baldios, combinando análise técnica e participação local. Partindo de cartografia de perigosidade e de valores ecológicos, sociais e culturais, produzida em gabinete com base em dados geográficos e indicadores de seleção do fogo, organizou-se um encontro participativo num dos casos de estudo do projeto, o Agrupamento de Baldios da Serra de Gerês, envolvendo gestores de baldios, entidades públicas e representantes da sociedade civil. Esta metodologia, adaptada à realidade do regime florestal e da propriedade comunitária, permitiu identificar e priorizar elementos críticos da paisagem a ser considerados no âmbito da prevenção de incêndio.

O resultado foi a produção de um mapa colaborativo de risco que integra perigosidade e dano potencial, útil para apoiar a gestão territorial local e a sua articulação em planos sub-regionais. A experiência demonstrou a importância do conhecimento local para enriquecer análises técnicas, reduzir conflitos e promover consensos, mas também a necessidade de liderança clara e continuidade institucional para assegurar a implementação efetiva das medidas definidas.

**Palavras-chave:** Mapas colaborativos; Agrupamento de Baldios; Prevenção de incêndios; SaferLands

*Este trabalho foi financiado pela FCT através dos projectos SaferLands e Common-Bases com as referências PTDC/GES-AMB/0713/2021 e 2023.14216.PEX, respectivamente.*

## **Erosão ou renovação das comunidades de baldios?**

Pedro Hespanha, CES-UC, [pedro.hespanha@gmail.com](mailto:pedro.hespanha@gmail.com)

Eber Quiñonez, ESAC-IPC, [eberquiguate@gmail.com](mailto:eberquiguate@gmail.com)

### **Resumo**

Em Portugal, as mudanças demográficas, económicas e políticas têm vindo a desgastar as comunidades de baldios e os seus órgãos de governo, apesar de uma notória capacidade que elas têm revelado de lidar com as mudanças procurando novas soluções para os problemas que vão surgindo. Contudo, existe uma perceção generalizada de que elas estão a perder a sua antiga ligação com os baldios e que a condição de comparte é, cada vez menos reconhecida como um elemento identitário de quem usa um baldio para subsistir.

Um estudo realizado recentemente pelos autores sobre as ameaças e os desafios que se colocam hoje às comunidades de baldios revelou que as respostas destinadas a manter os laços com os baldios e a revitalizar o sentido de comunidade são muito diversas e dependem, em grande medida, da capacidade de lidar com situações e interesses tão diferentes e de obter recursos para levar a cabo essas respostas. É sobre os órgãos de gestão dos baldios que recai hoje o maior peso da resistência perante as ameaças e a esperada, por todos, melhoria das condições de vida das comunidades.

**Palavras-chave:** baldios; comunidades de compartes; desagregação social; renovação das práticas comunitárias.

## Governança e desenvolvimento territorial na perspetiva da sustentabilidade dos baldios. O caso do agrupamento de baldios de Boticas

*Pedro Reis, INIAV e ITQB NOVA, [pedro.reis@iniav.pt](mailto:pedro.reis@iniav.pt)*

*Maria João Canadas, CEF – ISA-UL ([mjcanadas@isa.ulisboa.pt](mailto:mjcanadas@isa.ulisboa.pt))*

*Ana Novais, CEF – ISA-UL, ([ananovais@isa.ulisboa.pt](mailto:ananovais@isa.ulisboa.pt))*

*Cândida Santos, IINIAV e CEMAT – IST-UL, ([candida.santos@iniav.pt](mailto:candida.santos@iniav.pt))*

### Resumo

Atualmente, existem 1100 unidades de baldios que ocupam cerca de 11% da área florestal. Em 2019, foi aprovada a possibilidade de criação de agrupamentos de baldios (AB), com o objetivo de alcançar economias de escala na gestão dos recursos, reduzir o risco estrutural de incêndios e promover uma gestão florestal mais sustentável. A partir do estudo de caso do AB de Boticas, analisa-se o contributo deste arranjo colaborativo para a sustentabilidade dos espaços comunitários.

O AB do município de Boticas, dinamizado pela cooperativa Capolib, é composto por 22 unidades de baldios (UB), envolvendo 20 órgãos de gestão. Tem uma área de 14 300 hectares (70% do território municipal), 44,7% de floresta e 52,3%, de pastagens e matos, e com certificação florestal FSC em 80,4% da área. O AB foi incluído na estratégia de desenvolvimento integrado de base local que envolve vários atores do território, tanto públicos como privados. A cooperativa dá o apoio técnico à elaboração, avaliação e execução de projetos da UB, apoia a angariação de financiamento para estes projetos, o funcionamento e dinamização dos órgãos de gestão, a elaboração do cadastro das UB, a implementação de normas de certificação da gestão florestal, e a comercialização de produtos florestais e seus derivados. Numa parceria com a Câmara Municipal é definida uma estratégia de proteção contra os incêndios rurais, e procura-se uma valorização de subprodutos florestais lenhosos e de produtos não lenhosos da floresta, com recurso a financiamento público e a investimento privado de grandes empresas nacionais.

O modelo de gestão do AB de Boticas visa a criação de rendimentos para os compartes e capacidade de investimento na floresta, o qual é crucial para a sustentabilidade e maior resiliência aos incêndios desta. Simultaneamente, visa constituir-se como um garante do exercício efetivo dos direitos de propriedade coletiva sobre o espaço, e uma maior legitimidade em relação aos próprios compartes e à sociedade. O conjunto de investimentos concretizados e em processo, e o trabalho já realizado junto dos compartes permite-nos esperar resultados positivos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local; gestão colaborativa; governança dos baldios; propriedade comunitária.

*Investigação financiada pela Agenda Transform, projeto n.º C644865735-00000007, no âmbito das Agendas de Mobilização para a Inovação Empresarial - PRR e NextGeneration EU.*

## **A governança dos baldios no noroeste de Portugal**

*Pedro Casinhas, ESA/IPVC, UI proMetheus - IPVC e FCSH-UNL, pmcasinhas@gmail.com*

*Joana Nogueira, ESA-IPVC, UI proMetheus - IPVC, joananogueira@esa.ipvc.pt*

*Sara Simões, ESA-IPVC, ssimoes@esa.ipvc.pt*

### **Resumo**

A gestão de recursos comuns pelos seus principais apropriadores, e com lógicas de proximidade, é cada vez mais apontada como caminho alternativo para alcançar o desenvolvimento sustentável. Após séculos de assédio e de apropriação, pública ou privada, subsistem em Portugal terras comunitárias que após o 25 de Abril tiveram a sua gestão devolvida às comunidades. Esse assédio foi feito com base em dois argumentos contraditórios: que são incultos e subaproveitados, e como tal um entrave ao progresso e desenvolvimento nacional, ou que estão sobre utilizados, causando a destruição de solos e dos recursos naturais.

A boa governança dos baldios pelas comunidades locais é determinante para um conjunto amplo de serviços ambientais e para objetivos de bem-estar social, em particular ao nível do desenvolvimento rural e coesão territorial. Continua a existir falta de conhecimento sobre o modo como essa governança está a ser realizada ao nível das comunidades locais, bem como sobre os fatores que contribuem para potenciar ou limitar os melhores resultados. Quer as comunidades locais, quer as entidades públicas, devem dispor de instrumentos que permitam avaliar a qualidade da governança dos baldios, entendendo-os como sistemas sócio-ecológicos, e apreciando o cumprimento dos princípios da boa gestão dos bens comuns e os da resiliência. Esta avaliação deve potenciar a visibilidade e replicabilidade das melhores práticas.

Apresentamos uma avaliação da governança dos baldios, assente num inquérito às entidades gestoras de baldios do noroeste de Portugal. De um universo estimado de 312 unidades de baldio, o inquérito obteve 227 respostas válidas. Foi criado um índice global que considera seis dimensões: a organização formal, a autonomia e capacitação, a participação comunitária, o desempenho social, o desempenho económico e o desempenho ambiental.

Identificaram-se as comunidades com melhor desempenho. São 21 baldios que têm histórias muito diversas e na atualidade demonstram bastante dinamismo e traços comuns. Os resultados permitem perceber dois grupos de baldios com desempenho muito elevado. O primeiro corresponde aos baldios integrados em agrupamentos de baldios. O segundo a um conjunto próximo da cidade de Viana do Castelo gerido por comunidades de características mais rurais que rurais. Reconheceram-se boas práticas que podem ser repetidas por outras comunidades e percebeu-se a importância dos agrupamentos de baldios para a disseminação dessas boas práticas.

**Palavras-chave:** Baldios; Governança; Resiliência; Sustentabilidade



## Proprietários Florestais em Portugal: Entre a Tradição Individual e o Desafio da Gestão Agrupada

*Jorge Cunha, CoLAB ForestWISE, jorge.cunha@forestwise.pt*

*Cristina Ribeiro, CoLAB ForestWISE, cristina.ribeiro@forestwise.pt*

*Sandra Valente, CoLAB ForestWISE, sandra.valente@forestwise.pt*

### Resumo

Em Portugal, mais de 90% da área florestal pertence a cerca de meio milhão de proprietários não industriais e de pequena dimensão, sobretudo concentrados nas regiões do Norte, Centro e Algarve. A relação entre os proprietários florestais e as suas propriedades foi sendo moldada por alterações socio-ecológicas, decorrentes do processo de despovoamento e envelhecimento da população rural, e consequente abandono das atividades tradicionais, marcando e transformando as vivências nestes territórios.

No sentido de responder a esta nova realidade, têm sido promovidas diversas medidas e instrumentos de política pública assente em modelos de gestão agrupada, como as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) e Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), com o propósito de aumentar a área florestal gerida de forma sustentável e a resiliência do território aos fogos rurais. Apesar da existência de diversos modelos de gestão florestal agrupada, ainda é limitado o conhecimento sobre a aceitação por parte dos proprietários florestais, bem como a acerca das dificuldades e barreiras na sua adesão e implementação.

Este trabalho pretende contribuir para esta lacuna de conhecimento, propondo-se analisar as perceções dos proprietários, a nível nacional, sobre soluções de gestão agrupada existentes, caracterizando o perfil dos proprietários e o nível de adesão e participação a estes modelos. O estudo aqui apresentado sustenta-se em dados recolhidos a partir da aplicação de um inquérito por questionário a mais de 500 proprietários florestais, residentes em territórios onde foram criadas ZIF e AIGP.

Uma análise preliminar dos dados recolhidos, evidencia que a maioria dos proprietários inquiridos está acima dos 55 anos de idade e possui uma área florestal reduzida, tendo sido obtida por herança. Complementarmente, é notório o crescente espaço que a gestão agrupada tem ocupado nas decisões e formas de gestão pelos proprietários florestais, nomeadamente do modelo das ZIF, embora ainda seja visível uma certa tendência para que a gestão continue a ser efetuada de forma individual.

**Palavras-chave:** Proprietários florestais; gestão agrupada; Áreas Integradas de Gestão da Paisagem; Zonas de Intervenção Florestal.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto RESIST - Regions for climate change resilience through Innovation, Science and Technology, cofinanciado pela União Europeia.

## **O Papel do Pastoreio Extensivo na Gestão Sustentável em baldios no Parque Nacional da Peneda-Gerês**

*Marlene Gonçalves, ESA-IPVC, proMetheus-IPVC, marlenebg@gmail.com*

*José Pedro Araújo, ESA – IPVC, CIMO-IPVC, CISAS-IPVC*

*Joana Nogueira, ESA- IPVC, proMetheus-IPVC*

### **Resumo**

O pastoreio extensivo e as tradições comunitárias associadas, em particular as vezeiras, são importantes na gestão sustentável dos baldios no Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG). Do ponto de vista ecológico, esta prática tradicional promove a biodiversidade, contribui para controlar espécies invasoras e prevenir incêndios florestais. Na perspetiva social e económica, fortalece os laços comunitários e garante a preservação do património cultural ligado ao pastoreio na serra, contribuindo para criar valor através da produção de carne e do valor turístico da paisagem e tradições.

Apesar dos múltiplos benefícios gerados, o pastoreio extensivo enfrenta desafios na sua continuidade, com redução em alguns efetivos pecuários, sobretudo de pequenos ruminantes, e dificuldades de renovação geracional. A idade média dos produtores supera os 60 anos registando um índice de envelhecimento acentuado. No âmbito do projeto Bem Comum são estudados os baldios em territórios do PNPG nos concelhos de Arcos de Valdevez, Terras de Bouro e Montalegre. Foram efetuadas visitas técnicas, realizadas atividades comunitárias e, entrevistas a gestores dos baldios e a produtores-compadres. Organizou-se um webinar internacional centrado nas tradições comunitárias de pastoreio extensivo em Portugal e na Europa.

Verificou-se que várias comunidades locais estão a desenvolver ações para recuperar ou preservar as tradições pastoris e a introduzir inovações visando a sua resiliência. Destaca-se a vezeira de Vilar da Veiga, recentemente inscrita no inventário nacional do património cultural imaterial (INPCI\_2023\_013) e as Vezeiras de Pincães e Cabril, em Montalegre, com as comunidades locais a promover o evento da “Subida da Vezeira” e a reorganizar o sistema de vigilância dos animais para o adaptar às possibilidades e expectativas dos atuais produtores. A dimensão comunitária do pastoreio revelou-se eficaz para assegurar o acesso dos produtores aos apoios públicos à agricultura e à floresta, no contexto da redução das áreas de baldio elegíveis para apoio ao pastoreio de 2023 para 2024. Os técnicos das associações, cooperativas e agrupamento de baldios foram determinantes na recuperação de elegibilidade, com recolha de evidências de campo. Mesmo com estas dinâmicas, a profissão de pastor continua a ser pouco valorizada social e tecnicamente.

Com base nos resultados do projeto Bem Comum e na comparação com casos internacionais recomenda-se uma aposta na qualificação dos pastores, criando cursos técnicos e estágios remunerados, que se intensifique o apoio aos produtores e às comunidades, através de apoios financeiros, e uma melhor comunicação junto dos consumidores e sociedade quanto aos múltiplos benefícios da pecuária extensiva de montanha e da continuidade das dinâmicas comunitárias.

**Palavras-chave:** *Pastoreio extensivo; Sustentabilidade; Biodiversidade; Baldios.*

*Projeto Bem Comum Ref. 17/ C05-i03/2022 - PRR-C05-i03-I-000241*

## **Procedimento de Serviços de Ecossistemas FSC®: Ferramenta para a Valorização Florestal**

*Miguel Soares, FSC Portugal, m.soares@pt.fsc.org*

*Sofia Ferreira, FSC Portugal, s.ferreira@pt.fsc.org*

### **Resumo**

A valorização dos Serviços de Ecossistemas (SE) é essencial para assegurar uma gestão ativa da nossa floresta. Contudo, esta valorização pode ser dificultada pela complexidade na contabilização dos SE ou pela inexistência de um mecanismo que dê confiança às organizações de investir nestes serviços e, consequentemente, na floresta. Estas barreiras contribuem assim para uma valorização deficitária das nossas florestas, onde os SE prestados pelas florestas à sociedade não são contabilizados. E foi para providenciar uma ferramenta que permita uma valorização completa da floresta que o FSC desenvolveu o Procedimento de SE. Este procedimento pode somente ser implementado em áreas com certificação da Gestão Florestal FSC.

Esta camada adicional à certificação florestal FSC (Procedimento de SE) providencia uma estrutura para a verificação de impacto, em 7 SE (Biodiversidade, Carbono, Água, Solo, Recreio, Práticas Culturais e Qualidade do Ar). Esta abordagem permite ao gestor florestal relacionar as atividades de gestão implementadas no terreno com o impacto verificado ao nível dos SE. A verificação destes impactos é auditada por entidades certificadoras independentes, garantido a robustez e transparência dos dados reportados.

A verificação de impacto possibilita que o gestor florestal comunique os benefícios da sua gestão, baseando-se em dados de elevada integridade. Suportada por dados auditados, a comunicação deste impacto é crucial para a credibilidade do setor, promovendo o trabalho do gestor florestal e atraindo organizações que estão na linha da frente do desenvolvimento sustentável e que veem nestes projetos uma oportunidade de gerar impacto social e ambiental positivo. Estas organizações encontram nas alegações geradas pelo Procedimento uma ferramenta credível, robusta e transparente, na qual podem basear a sua comunicação e com a qual podem contar para integrar os dados gerados nos seus relatórios de sustentabilidade. O apoio destas organizações é essencial para a manutenção da gestão praticada e, consequentemente, dos SE que esta floresta está a gerar.

A divulgação destes projetos é também fundamental para a sua visibilidade. Nesse sentido, o FSC Portugal desenvolveu a plataforma *Treender* que pretende aproximar as áreas florestais com impacto verificado das organizações. Nesta plataforma estão disponíveis todas as áreas onde foi implementado o Procedimento de SE em Portugal.

Ao promover uma gestão florestal mais transparente, mensurável e reconhecida, o Procedimento de SE posiciona-se como um instrumento-chave para a valorização da floresta portuguesa de forma sustentável e para atrair investimento ambiental responsável.

### **Palavras-chave**

Certificação; Gestão Florestal Responsável; Serviços de Ecossistemas; Remuneração; Treender

## **Tema 4 - Rural Visitado**

## **Vinho, Igreja e Sociedade, uma história de longa duração**

António Valério Maduro, CHSC- UC, avmaduro@gmail.com

### **Resumo**

Este texto tem como propósito analisar a relação entre a teologia cristã e o vinho, enquanto símbolo e sacramento, e a repercussão que essa arquitetura do sagrado projeta na sociedade medieval. No contexto adverso da queda do Império Romano e consequente barbarização da sociedade, a Igreja torna-se a guardiã das vinhas e promotora da cultura no Ocidente europeu. Em virtude dos seus esforços, o vinho acaba por tornar-se uma bebida comum e acessível às classes laboriosas, embora não se deva confundir o vinho do povo com o vinho dos privilegiados. Esta missão deve-se, em grande parte, à ação dos cenóbios beneditinos e cistercienses, que não só plantam vinhas, como também aprimoram os métodos e técnicas de cultivo, os processos de vinificação e os tipos de vinho, com base na experimentação alicerçada na longa duração e na agilidade comunicacional entre abadias, bem como nas decisões de gestão e inovação das explorações vitivinícolas. Acresce ainda o seu papel no ensino e formação de gerações de agricultores que dedicam à vinha uma parte significativa do tempo de seus braços.

A Igreja não só multiplica as vinhas e generaliza o consumo do vinho pelo menos na área de influência mediterrânica, como acaba também por impor o tipo de vinho de consumo que se identifica com o sangue de Cristo, ou seja, o vinho vermelho, aquele cuja cor se considerava mais apropriada como elemento de natureza sacramental (embora, ao entardecer da Idade Média, os vinhos brancos se impusessem na cerimónia eucarística para não macular os paramentos). Os vinhos vermelhos (não confundir com tintos) tornam-se dominantes, essa soberania plurissecular articula-se com o monopólio da vinificação senhorial exercido pelas casas religiosas, o que inviabiliza a adoção do método de curtimenta que exige maior tempo de lagar e, consequentemente, a generalização de vinhos de cor mais carregada. A vitória do vinho e a sua adesão pela sociedade vem de mãos dadas com a afirmação do Cristianismo, uma religião em que o sangue-vinho da divindade se transforma numa fonte perpétua de adoração, como bem demonstra a iconografia da prensa ou lagar místico.

**Palavras-Chave:** Cristianismo; Vinho; Vinificação; Consumo

## Paisagens de vinha, vinho de cheiro e trabalho agrícola – Análise do Boletim da Comissão Reguladora de Cereais do Arquipélago dos Açores, 1945-1962

*Bárbara Mesquita, CEG, IGOT, UL, barbara.maria@edu.ulisboa.pt*

### Resumo

No arquipélago dos Açores, tal como em outras regiões vitivinícolas, o cultivo da vinha e suas paisagens foi um resultado da articulação entre as condições naturais e o trabalho humano. No entanto, as circunstâncias da insularidade acrescentaram especificidades, nomeadamente os limites territoriais e o acesso.

As paisagens de vinha açorianas têm um forte carácter e impacto visual, reconhecido nas unidades de paisagem e na legislação do ordenamento do território da Região Autónoma. Genericamente, caracterizam-se pela procura das melhores condições de exposição solar e de proteção dos ventos, resultando em características como: o cultivo preferencial das videiras na orla costeira terrestre; pequenas parcelas de vinha, designadas *currais*, delimitadas por muros de pedra seca; e, em algumas ilhas, a necessidade de socolcos.

Os objetivos económicos da viticultura açoriana foram duplamente orientados por propósitos comerciais e/ou de autoconsumo. Atendendo à dimensão das ilhas, na gestão dos solos agrícolas, a vinha foi compatibilizada com outras necessidades, nomeadamente os cereais e o gado. As características das vinhas açorianas obrigam à intensidade de mão de obra, cuja disponibilidade foi variando com as vagas de emigração. Apesar de tudo, a produção de vinho é uma longa persistência na agricultura regional. Assim, desde os primórdios do povoamento, no século XV, que as práticas evoluíram de modo a produzir uvas em condições pouco favoráveis. A cultura foi, desde logo, descrita na obra de Gaspar Frutuoso, “Saudades da Terra”, redigida perto dos finais do século XVI.

A comunicação irá apresentar os resultados preliminares da análise aos conteúdos de vitivinicultura do Boletim da Comissão Reguladora de Cereais do Arquipélago dos Açores (1945-1962), componente integrante de um estudo sobre a evolução das paisagens de vinha açorianas. Os resultados apontam conclusões gerais como:

- A solução encontrada para fazer face à devastação das vinhas pelas crises fitossanitárias dos finais do século XIX – a plantação de espécies híbridas, como a Isabella –, instituiu a ‘tradição’ do vinho de cheiro. Esta alteração não terá interferido com as principais características físicas das paisagens de vinha;
- As especificidades insulares e a distância ao território continental viabilizaram a continuidade da produção de vinho com espécies híbridas;
- Em cada uma das ilhas produtoras, o avanço das híbridas deu-se a ritmos distintos e alcançou diferente peso relativo por comparação com castas nobres como o Verdelho.

**Palavras-chave:** Paisagens de vinha; vinho de cheiro; Boletim da Comissão Reguladora de Cereais do Arquipélago dos Açores

## **Ecoturismo e sustentabilidade no Brasil: casos de sucesso e desafios**

*Simões, Octavio Matheus Paniguel, Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, [octaviosimoes@estudante.ufscar.br](mailto:octaviosimoes@estudante.ufscar.br)*  
*Santos, Jeronimo Alves dos, UFSC-CCA, [jeronimo@ufscar.br](mailto:jeronimo@ufscar.br)*  
*Marjotta-Maistro, Marta Cristina, UFSC-CCA, [marjotta@ufscar.br](mailto:marjotta@ufscar.br)*

### **Resumo**

O Brasil é rico em belezas naturais, como a Floresta Amazônica, o Pantanal e a Mata Atlântica, além da ilha de Fernando de Noronha e da Serra Gaúcha, que oferecem uma diversidade única de ecossistemas. Em 2021, o Boletim do Turismo Interno Brasileiro, elaborado pelo Ministério do Turismo (2010) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou que 25% das viagens de lazer foram destinadas ao ecoturismo. Para apoiar o desenvolvimento deste setor, o Ministério do Turismo do Brasil (MTur) vem adotando iniciativas centradas na sustentabilidade, explorando tendências como o ecoturismo. O ecoturismo pode oferecer conservação ambiental, geração de renda e melhoria na qualidade de vida local. De acordo com o Ministério do Turismo (2010), o ecoturismo promove a preservação dos recursos naturais e culturais, além de estimular a economia local. Este trabalho propõe explorar o ecoturismo no Brasil, trazendo estudos de casos, por meio da análise de histórias de sucessos e desafios. Serão estudados os casos de Brotas-SP, Fernando de Noronha-PE e Bonito-MS. Cada caso será examinado em busca de estratégias, resultados e desafios. Este estudo pretende contribuir para a discussão sobre a melhoria das práticas que garantam a promoção do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. Realizou-se uma análise exploratória e descritiva por meio de dados secundários, obtidos em artigos sobre ecoturismo e desenvolvimento sustentável, buscados em plataformas digitais como: Web of Science, Google Scholar, entre outras. Os resultados foram apresentados por meio de figuras e imagens. Estes destinos demonstraram que a gestão eficaz e as práticas sustentáveis são vitais para o sucesso do ecoturismo. A coordenação entre as políticas públicas e a cooperação setorial são essenciais para superar os desafios e cultivar um setor de ecoturismo próspero e equilibrado. Conclui-se que apesar dos avanços, o tema ainda é recente e pouco explorado, em constante desenvolvimento devido à vastidão e diversidade do ecoturismo. Cada local oferece experiências únicas e inovadoras, proporcionando vivências inesquecíveis e destacando o grande potencial do Brasil no cenário ecoturístico. O trabalho contribuiu para o debate sobre a sustentabilidade no turismo, oferecendo conhecimentos valiosos para acadêmicos, profissionais e formuladores de políticas interessados em otimizar os benefícios do ecoturismo.

**Palavras-chave:** Ecoturismo; Sustentabilidade; Desenvolvimento

## Turismo rural regenerativo ? Perspetivas da sua investigação em territórios rurais da Região Centro de Portugal

*Elisabeth Kastenholz, GOVCOPP, UAveiro, elisabethk@ua.pt*

### Resumo

Muitas regiões rurais em Portugal, especialmente no interior, enfrentam desafios pesados, como o despovoamento, envelhecimento demográfico e estagnação económica, resultantes da decadência da agricultura, ausência de estratégias de desenvolvimento alternativo, resultando na migração populacional para centros urbanos mais dinâmicos, tipicamente localizados no litoral. Este ciclo negativo tem levado ao desinvestimento em infraestruturas e serviços, à descrença dos residentes jovens no futuro destes territórios e ao seu abandono, com impactes trágicos sobre comunidades, paisagens, património cultural e ambiental. Contudo, algumas localidades têm conseguido revitalizar-se, entre outros, através de projetos inspiradores em turismo rural, permitindo novas oportunidades económicas e dinâmicas sociais, reforçando a resiliência comunitária, sugerindo uma alternativa saudável, apelativa e sustentável ao turismo massificado, atraindo turistas, novos residentes, alguns dos quais são ‘empresários estilo de vida’. Paralelamente, emerge o paradigma do *turismo regenerativo*, que visa uma perspetiva sistémica na análise e no desenvolvimento de um turismo com impactes líquidos positivos. Este modelo propõe uma abordagem holística, sistémica e comunitária, centrada no bem-estar, na valorização do local e na regeneração da ligação entre pessoas e natureza.

Neste contexto, apresenta-se o projeto RESTORE que visa aprofundar a compreensão do Turismo Rural Regenerativo (TRR), analisar o seu potencial em Portugal, através de investigação-ação, realizada em territórios rurais da Região Centro. O objetivo é desenvolver um quadro conceptual e propostas práticas que permitam a implementação do TRR, promovendo o bem-estar dos residentes e visitantes, a sustentabilidade económica local, a regeneração ecológica e cultural e a resiliência dos destinos rurais. Mais concretamente, o projeto visa: (a) construir um modelo teórico do TRR, com base na literatura e casos/ experiências reais; (b) estudar experiências de TRR vividas pelos visitantes, (c) analisar perspetivas dos residentes locais, empresários e autoridades sobre interesse/ investimento em, condicionantes, potencial e desafios do TRR; (d) avaliar os efeitos sociais, económicos, culturais e ecológicos de abordagens de TRR sobre os diversos atores e sistemas envolvidos; (e) identificar fatores de sucesso; e (f) propor recomendações práticas para a implementação do TRR, adaptável a contextos distintos.

Esta comunicação apresenta detalhes sobre a fundamentação teórica, objetivos e metodologia do projeto, a ser implementado por uma equipe de investigadores de três instituições, cada uma responsável pela investigação-ação num território rural em relativa proximidade, e aproveitando especializações disciplinares distintas, mas complementares. Detalha ainda alguns resultados mais esperados.

**Palavras-chave:** Turismo rural, Turismo regenerativo, experiência turística, comunidades locais, desenvolvimento rural sustentável, Centro de Portugal



## Revisão Sistemática de Literatura sobre Empreendedorismo Estilo de Vida em Turismo Rural

*Loureiro, Maria Manuel, GOVCOPP, UAveiro, mariamloureiro@ua.pt,  
Elisabeth Kastenholz, GOVCOPP, UAveiro, elisabethk@ua.pt  
Cunha, Conceição, GOVCOPP, UAveiro, ccunha@ua.pt*

### Resumo

A presente revisão sistemática de literatura analisa o estado da arte sobre empreendedorismo estilo de vida em turismo rural, explorando conceitos, motivações, práticas e impactos deste fenómeno, ainda pouco investigados no desenvolvimento das regiões rurais, tendo analisado documentos publicados entre 1979 e 2025, utilizando uma abordagem sistemática para identificar tendências conceptuais, metodológicas e empíricas. Foram identificados estudos qualitativos e quantitativos, nos quais foram utilizadas metodologias diversas, com predominância dos estudos qualitativos com amostras reduzidas, e constatou-se uma concentração geográfica em contextos europeus.

O empreendedorismo estilo de vida em turismo rural caracteriza-se, entre outros, pelo equilíbrio entre objetivos económicos e não-económicos, sendo motivado por fatores como manter uma determinada qualidade de vida, a paixão pela natureza, a sustentabilidade ou a integração na comunidade. Os estudos revelam que estes empreendedores mobilizam diferentes tipos de capital (social, cultural, económico) para desenvolver negócios alinhados com os seus valores pessoais, promovendo, por vezes, a inovação através das ligações que desenvolvem com as comunidades locais. A análise identifica vários paradigmas emergentes como o turismo de terroir, no qual migrantes urbanos redefinem paisagens rurais através de iniciativas eno-gastronómicas; turismo regenerativo indutor de transformações positivas dos territórios a diversos níveis; turismo slow e personalizado; e processos de migração ‘estilo de vida’, onde o turismo rural atua como catalisador para a atração de novos habitantes urbanos.

A literatura demonstra uma evolução conceptual do empreendedorismo estilo de vida, integrando dimensões de sustentabilidade, capital social e enraizamento no território, comunidade e cultura local. As redes, formais e informais, são identificadas como fundamentais para a inovação, integração e sucesso empresarial.

Os resultados parecem indicar que estes empreendedores contribuem para a revitalização rural, diversificação económica, preservação e dinamização do património cultural. As suas práticas incluem a utilização de energias renováveis, valorização da agricultura biológica e de produtos locais, cocriação de experiências turísticas e fortalecimento de cadeias produtivas regionais.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo estilo de vida; turismo rural, turismo regenerativo; desenvolvimento rural; sustentabilidade; revisão sistemática de literatura

## Turistificação em Trás-os-Montes no século XXI - metodologias de leitura, análise e de resultados

*Luís Vale – LECANT/CIAS/UC, valedovale@gmail.com*

### Resumo

Esta proposta de comunicação faz parte de uma investigação em curso no âmbito de um doutoramento em Antropologia Social e Cultural, na Universidade de Coimbra. A investigação refere-se às novas ruralidades em Trás-os-Montes no século XXI, perspectivadas através dos processos de patrimonialização, de turistificação, de certificação de produtos locais/regionais e, também, dos processos de extractivismo (água, eólicas, minérios, florestas, baldios, entre outros), que ao longo destes anos e décadas permitiram uma alteração da paisagem rural nesta região.

Nesta comunicação, propomo-nos partilhar as metodologias e as ferramentas utilizadas, e a utilizar, para compreendermos os impactos da actividade hoteleira, nomeadamente dos empreendimentos turísticos em espaços rural (TER), nesses territórios e comunidades. Assim, num primeiro momento realizaremos o levantamento, tratamento/selecção e mapeamento dos TER na região (distritos de Bragança e Vila Real) registados no Registo Nacional de Empreendimentos Turísticos e com início de actividade no século XXI; construção de questionário (online) para enviar aos responsáveis de cada um desses TER; contactos pessoais e directos (conversa/entrevista) com alguns responsáveis (por amostragem de tipologia) desses TER; tratamento e análise das informações e dados recolhidos através dos questionários e das conversas/entrevistas realizadas.

Objectivos: Para além das características de cada uma dessas unidades hoteleiras (tipologia, capacidade, serviços), conhecer o seu perfil, naquilo que diz respeito à sua propriedade (de nativos residentes a forasteiros não residentes) e à gestão da sua actividade (auto-suficiência vs contratação de serviços de indivíduos e empresas locais ou regionais - *outsourcing*), assim como perceber a que lógicas “obedecem”, isto é, num contexto complexo de globalização que combina elementos ou características de um capitalismo neoliberal que investe no sector do turismo (rural) e o surgimento e crescimento de uma direita ultra nacionalista, estes “negócios” organizam-se numa lógica local, de reciprocidade, vizinhança e comunidade, ou numa lógica global, de investimento e de comercialização de serviços do *cluster* do turismo.

**Palavras-chave:** Trás-os-Montes; Turistificação; Globalização; Localidade

*Investigação financiada por bolsa de investigação FCT.*

## **Tema 5 - Rural, Poderes e Governança**

## **A influência dos Grupos Operacionais e dos Laboratórios Vivos na inovação e no empreendedorismo no meio rural: alguns aspetos relevantes**

*Ana Maria Ventura, Solutopus- Recursos e Desenvolvimento, Lda., cE3c-FCiências/ U. Lisboa, CICS.NOVA and FuturLab/U. Évora a.m.ventura@solutopus.pt*

### **Resumo**

De acordo com o EIP-AGRI/EU CAP Network, a inovação no meio rural e agrícola pode ser diversa e multifacetada, abrangendo aspetos económicos, técnicos, de gestão, sociais e organizacionais. Com base no Projeto Forest4Eu ([www.forest4eu.eu](http://www.forest4eu.eu)), os Grupos Operacionais (GOs) evidenciam capacidade de trazer inovação aos setores florestal e agroflorestal em toda a Europa e em diversos ambientes. Apesar disso, a inovação não é percebida de forma semelhante nas diferentes regiões biogeográficas da UE, e as condições naturais e os factores socioeconómicos influenciam consideravelmente a adopção da inovação pelos actores sociais. Por outro lado, os Laboratórios Vivos (LVs) podem ser uma forma de levar a inovação aos utilizadores finais; no entanto, a sua eficácia e sustentabilidade necessitam de ser analisadas. Aspetos essenciais na implementação dos GOs e dos LVs podem ser a adesão à(s) região(ões) onde operam e a sua capacidade de atrair produtores (com especial relevância para os jovens) e outros representantes da cadeia de valor onde a silvicultura e a agrofloresta estão inseridas. A forma como a dimensão empreendedora é encarada em cada um destes ecossistemas de inovação pode ser um factor diferenciador na sua eficácia e longevidade. Ainda assim, o quadro político parece ser uma condição fundamental para o sucesso da inovação e é relevante para a sobrevivência e a força dos GOs e dos LVs. Do Projecto ECHO ([www.echosoil.eu](http://www.echosoil.eu)) surge outro dado importante nesta problemática: verifica-se que os ecossistemas de inovação (com especial destaque para os LVs) não poderão descurar as diferentes percepções e atuações dos cidadãos perante os recursos naturais (p. ex. o solo) - assim, a sua implementação é particularmente desafiante, se se pretender adaptada à realidade. Mais investigação e análise de campo surgiram como aspetos-chave para a compreensão da inovação e do empreendedorismo em sistemas complexos, como a floresta e a agrofloresta.

**Palavras-chave:** Grupo Operacional; Laboratório Vivo; inovação; empreendedorismo; floresta e agrofloresta.

## Plano operacional de gestão do território: o caso do projeto-piloto de mosaicos agrosilvopastoris do Município de Sernancelhe

*Bruno, Leitão, CCDR NORTE, bruno.leitao@ccdr-n.pt*

*José, Martino, RURIS, jose.martino@ruris.pt*

### Resumo

O Município de Sernancelhe é reconhecido pela sua importância na produção de castanha, integrando a área da Denominação de Origem Protegida (DOP) Soutos da Lapa. No entanto, a sua relevância estende-se também à produção de maçã e à atividade pecuária, com especial destaque para os pequenos ruminantes. Estas três especializações produtivas, colocam algumas das freguesias do concelho, entre as que mais contribuem, em área e efetivos, para a relevância da região Norte nestas atividades agrícolas.

Em agosto de 2025, Sernancelhe foi dos concelhos mais fustigados pelos incêndios rurais desse verão, tendo ardido 16 529 hectares (72%) de 22 861 hectares de superfície total do concelho. O impacto económico atingiu o tecido empresarial local, com particular destaque para a cultura do castanheiro que implicará o atraso em vários anos na entrada em produção de novos soutos, perda de árvores em fase produtiva e atraso de produção de árvores parcialmente afetadas.

Porém, esta infelicidade que atingiu o concelho, pode constituir uma oportunidade para a implementação de um plano operacional para a gestão do território com base em mosaicos sem e com massa combustível. Este plano, em construção ainda antes dos incêndios por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, integra informação do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem das Serras de Leomil, Lapa e Alto Penedono que visa a transformação da paisagem, mas procura criar condições para a instalação de explorações agrícolas economicamente viáveis, que possam desenvolver atividade agrosilvopastoril, diminuindo os riscos e consequências do abandono do território e a perpetuação de um ciclo de fogo e degradação que dificultará a sua sustentabilidade.

Numa agregação de sinergias, o projeto-piloto para o baldio de Sernancelhe prevê a instalação de sete explorações agrícolas, seis dedicadas à produção de castanha e uma à pecuária extensiva (caprinos) e floresta de pinheiro-bravo, havendo ainda o potencial para a instalação de apiários em vários locais da área de implantação deste projeto-piloto. Esta transformação da paisagem, preconizada nos planos, só pode ser alcançada com a gestão do solo e da água, por isso um dos princípios foi o de manter e adensar a vegetação ripícola das linhas de água (permanentes, temporárias ou subterrâneas) e estabelecer um sistema de retenção de parte da precipitação, transvase de armazenamentos em charcas (com ou sem isolamento do fundo e paredes) para proporcionar uma maior hidratação das plantas e nível de humidade no solo, desta forma, junto com a diminuição da quantidade de massa combustível, proporciona-se uma diminuição da perigosidade ou risco de incêndio no curto prazo.

**Palavras-chave:** Gestão do território; Pós-fogo; Projeto-piloto

## **O modelo RuSTIC: juventude, governança e territorialização da inovação social rural**

*Maria João Parreira, CICS.NOVA, mariaparreira@fcsh.unl.pt*

*Artur Cristóvão, CETRAD/UTAD, acristov@utad.pt*

*Iva Pires, FCSH-NOVA, CICS.NOVA, im.pires@fcsh.unl.pt*

### **Resumo**

A presente comunicação resulta de uma investigação de doutoramento em Ecologia Humana que analisa a relevância da inovação social para o desenvolvimento rural interdisciplinar em Portugal continental, com foco nas/os jovens empreendedoras/es rurais e nos territórios de baixa densidade. A questão central é: como pode a territorialização da inovação social impulsionar o empreendedorismo jovem rural e a coesão territorial, através da coconstrução de conhecimento e da adaptação de políticas públicas? O estudo seguiu um desenho de métodos mistos, exploratório sequencial (QUAL-QUANT), envolvendo 46 entrevistas semiestruturadas a jovens empreendedoras/es, académicas/os, representantes de associações de desenvolvimento local/profissionais e de entidades governamentais, e 9 grupos focais (116 participantes). Da análise qualitativa emergiu o modelo *RuSTIC* (*Rural Social-ecological Transformative Innovation Capabilities*), operacionalizado no desenho misto em duas ferramentas: (i) *O Jogo dos Territórios Esquecidos: vamos jogar e criar?*, instrumento participativo de capacitação e diagnóstico socioecológico e experimentação cívica; e (ii) a escala exploratória *RuSTIC* de 12 dimensões, validada através de um estudo *Delphi* com especialistas nacionais e internacionais. O modelo *RuSTIC* operacionaliza o conceito emergente de *knowledge commoning* e promove a justiça espacial, ao articular perspetivas de base comunitária com indicadores oficiais (ODS, GRI, ODSlocal). A investigação destaca o papel central da juventude na reconfiguração dos modelos de governança, no questionamento da *cegueira espacial* e na coprodução de ecossistemas de conhecimento situado. Ao integrar as abordagens qualitativas e quantitativas, o estudo contribui para a inovação metodológica em estudos rurais, oferecendo um enquadramento interdisciplinar e intergeracional para o desenvolvimento rural e a coesão territorial. Os resultados reforçam o valor da agência das/os jovens e a utilidade de ferramentas de governança experimental, como o *Jogo dos Territórios Esquecidos*, para fomentar o diálogo intergeracional, a capacitação socioecológica, a aprendizagem política e as transições para a sustentabilidade. Discutem-se em particular as potencialidades (e limitações) da figura legal *Jovem Empresário Rural*, ainda pouco explorada, para estimular a inovação social. Defende-se que a territorialização da inovação social, ancorada em processos participativos locais, é condição para fortalecer a coesão territorial, promover a justiça espacial e consolidar redes de governança multiator e multinível. Esta investigação procura colmatar a sub-representação das variáveis poder, política e cultura nos estudos socioecológicos, contribuindo para uma compreensão mais integrada e situada das dinâmicas de inovação social em territórios rurais.

**Palavras-chave:** Inovação social rural; juventude; governança; políticas territorializadas

*Esta investigação foi financiada através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, DOI: <https://doi.org/10.54499/2021.06974.BD>.*

## **Inovação social em Benfeita: um caso de revitalização demográfica**

*Álvaro Costa, CITTA – FE-UP, [afcosta@fe.up.pt](mailto:afcosta@fe.up.pt)*

*Isabel Coimbra, CITTA – FE-UP, [isabelcoimbra.arq@gmail.com](mailto:isabelcoimbra.arq@gmail.com)*

### **Resumo**

O interior de Portugal tem sido marcado por perdas populacionais persistentes, com poucas exceções às tendências de declínio demográfico. Estas exceções abrem espaço para discutir os fatores que sustentam processos de resiliência e renovação comunitária. Neste quadro, a inovação ou empreendedorismo social surge como elemento que urge explorar. Trata-se de iniciativas que nascem de pessoas concretas, em contextos locais específicos, dependendo de capital social, confiança mútua e capacidade de ação coletiva. A literatura sublinha o papel decisivo das lideranças locais, difíceis de cultivar mas essenciais para, através das suas ligações e conhecimento local, traduzir necessidades e mobilizar recursos. A figura do mediador, capaz de compreender a linguagem da comunidade e de fazer a ponte com a esfera externa à mesma, é igualmente crítica. Simultaneamente, a literatura alerta para os riscos da excessiva centralização de políticas ou da dependência de subsídios, que podem neutralizar o potencial transformador da inovação social. O Estado tende a ter dificuldade em desempenhar este papel de proximidade, enquanto que o setor privado, pela sua flexibilidade, pode funcionar como facilitador ou mediador do contexto rural, em coordenação com os atores locais.

Este artigo propõe uma abordagem metodológica mista, predominantemente qualitativa e apoiada em tratamento estatístico, com o objetivo de compreender como os processos de inovação social e de reforço do capital social podem contrariar padrões de despovoamento e contribuir para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais. Baseia-se num *screening* de 20 freguesias com uma taxa de variação do grupo etário dos 0-14 anos positiva e acima dos 25%, entre 2011 e 2021. As condições que conduziram a este crescimento demográfico na camada jovem são diversificadas, sobressaindo o papel das novas áreas imobiliárias e das dinâmicas deste setor nas freguesias peri-urbanas, tanto ao nível dos fluxos populacionais como da geração de capital. A nível das freguesias rurais e da sua revitalização demográfica, destaca-se o papel da inovação social.

Foi escolhida para uma análise detalhada, e como caso empírico relevante à revitalização rural, a freguesia de Benfeita (Arganil). Com um aumento de 77,8% nos 0-14 anos e sem a referida associação às dinâmicas imobiliárias, destaca-se como exemplo de inovação social comunitária, com características específicas que aqui se procura aprofundar.

**Palavras-chave:** Inovação social; empreendedorismo social; capital social; revitalização demográfica.

*Este trabalho tem o apoio da empresa TRENMO Engenharia, S.A.*

## **Processos colaborativos e inovação social: desafios e oportunidades nas áreas de montanha**

*Sara Simões, ESA/IPVC e CETRAD/UTAD, ssimoes@esa.ipvc.pt*

*Joana Nogueira, ESA/IPVC e UI proMETHEUS/IPVC, jnogueira@esa.ipvc.pt*

*Carla Marques, CETRAD/UTAD, smarques@utad.pt*

*Hermínia Gonçalves, CETRAD/UTAD, hgoncalves@utad.pt*

### **Resumo**

Este artigo reflete sobre processos de inovação social em territórios de montanha, a partir da experiência do projeto Bem Comum, que promoveu a cocriação com uma rede de atores multidisciplinar, multissetorial e rural-urbano, na região norte de Portugal, entre 2023 e 2025. A partir de abordagens contemporâneas da inovação social, da cocriação e da governança participativa, com foco específico nos territórios de montanha, formulou-se o referencial conceptual que orientou a constituição de uma rede de parceiros regionais, rurais e urbanos, com competências e áreas de atuação complementares, mas diferenciadas. Pretende-se compreender como a cocriação entre atores de diferentes origens – rurais e urbanos, públicos e privados, formais e informais – pode gerar respostas transformadoras e adaptadas às especificidades locais. Este estudo visa ainda contribuir para o aprofundamento teórico da relação entre inovação social e governança participativa, analisando de que forma os processos colaborativos podem constituir estratégias eficazes de inovação social em territórios de montanha marcados por desafios estruturais como o despovoamento, o envelhecimento populacional e o abandono rural.

Deste trabalho de co-criação resultaram produtos que ficarão no território e que visam apoiar a sua promoção, numa perspetiva de desenvolvimento endógeno: a) quatro novos produtos de ecoturismo, envolvendo empresas de animação turística, agricultores, pequenos comércio locais e artesãos; b) quatro cadernos de atividades lúdico-científicas para jovens para dar a conhecer possibilidades de vida e empreendimento em territórios de montanha; c) criação de uma rede nacional de mulheres criadoras de gado, como forma de promover o empreendedorismo feminino. Os resultados demonstram o potencial de redes colaborativas para gerar soluções eficazes, mobilizando recursos diversos e promovendo aprendizagens partilhadas, dentro de lógicas de proximidade e complementaridade. Os impactos positivos foram sentidos na capacitação das comunidades locais, no fortalecimento dos Baldios enquanto espaço de experimentação social e na criação de ferramentas úteis para a reconexão das populações com o território. A experiência contribui para o debate teórico-prático sobre governança participativa e desenvolvimento sustentável, evidenciando que a articulação entre inovação social, cocriação e envolvimento local pode fortalecer significativamente os territórios de montanha. Esta abordagem oferece ainda pistas úteis para políticas públicas mais sensíveis à diversidade dos contextos e à valorização do conhecimento local, devendo ser considerada na construção de modelos de desenvolvimento mais inclusivos e duradouros.

**Palavras-chave:** Inovação social; Áreas de montanha, Processos colaborativos



## **Rede Sociotécnica do Sudoeste: Cânions Paulista**

*Ricardo Luiz Sapia de Campos; UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos - Brasil, ricardo@ufscar.br*

### **Resumo**

A proposta de comunicação tem como objetivo apresentar e discutir em linhas gerais a experiência da Rede Sociotécnica: Cânions Paulista. O Sudoeste Paulista, é uma região com aproximadamente 23% de pessoas vivendo em áreas rurais, sendo que a média brasileira é de 15. A região enfrenta desafios ligados à baixa renda familiar, poucos empregos qualificados, baixo índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,69, enquanto o IDH brasileiro é 0,786. Dentre as iniciativas que promovem o desenvolvimento da região via profissionalização e empresariamento dos pequenos produtores tem-se, desde 2022, a chamada Rede Sociotécnica do Sudoeste Paulista. Iniciativa formando parceria entre a UFSCar – Universidade Federal de São Carlos via CCN – Centro de Ciências da Natureza - Campus Lagoa do Sino, em Buri, e a Empresa Suzano; envolve Prefeituras Municipais da região, entidades como o Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); movimentos sociais e organização da agricultura familiar como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Quilombolas e Indígenas, Movimento da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Trata-se de articulação territorial com participação público privada, envolvendo a sociedade civil, técnicos, agricultores e lideranças locais, com a proposta de fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável da região. Ao longo de sua trajetória, a Rede construiu um modelo de governança horizontal e colaborativa fundamentado no diálogo entre saberes técnicos, científicos e populares, envolvendo comunidades locais.

A atuação da “Cânions Paulistas” se estrutura a partir de três eixos centrais: apoio técnico e financeiro às organizações rurais locais através de editais e mentorias; promoção de tecnologias sociais, com foco na agroecologia, sustentabilidade, geração de renda e permanência das famílias no campo. A iniciativa articular da Rede Sociotécnica já apoiou até agora, diretamente, mais de 250 famílias, por meio de organizações beneficiadas com investimentos de R\$25 mil por projeto aproximadamente, segundo o Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). As ações da rede primam pela articulação de saberes e difusão do conhecimento em rede, conectando ações diretas e indiretas em iniciativas concretas. Têm foco em agroecologia, soberania alimentar, juventude rural, educação do campo e economia solidária. A experiência se consolida como rede sociotécnica do interior de São Paulo, contribuindo para o desenvolvimento positivo da região, valorizando o território, a biodiversidade local e o estilo de vida da população rural.

**Palavras-chave:** saber e conhecimento; sudoeste paulista; rede sociotécnica

## **Ações de agricultura alternativa a partir da FELS – Fazenda Escola Campus Lagoa do Sino**

*Ricardo Luiz Sapia de Campos, Professor UFSCAR/CCN; ricardo@ufscar.br*

### **Resumo**

A FELS – Fazenda Escola Lagoa do Sino tem sua origem na doação de uma propriedade agrícola de 643 hectares produtivos doada pelo escritor brasileiro Raduan Nassar objetivando a implantação de um campus universitário da UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. A doação efetivada em 2010 trouxe novas perspectivas para uma das regiões com menor índice de desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo, por sua vez, o mais “desenvolvido” do país. Um dos objetivos do escritor era justamente ampliar o acesso ao ensino superior em nível local focando no potencial regional. A FELS integrada ao CCN Centro de Ciências da Natureza da UFSCAR, dentre outros, desenvolve desde 2024 o Projeto de Transição duma agricultura convencional para agricultura regenerativa tropical, ou tropical orgânica. O projeto tem como escopo o desenvolvimento de laboratório produtivo no interior do Estado de São Paulo. O CCN da UFSCAR, via FELS em parceria com a FOLIO – Central de Tecnologia em Grãos Orgânicos, lançou projeto intitulado: “Transição para Agricultura Regenerativa Tropical” que tem como objetivo promover a transição de uma agricultura convencional para uma agricultura tropical regenerativa, tendo como propósito a conversão para agricultura orgânica, ou biológica. O principal parceiro do projeto é o Instituto FOLIO– Central de Tecnologia em Grãos. A FOLIO foi criada no âmbito da RAIAR empresa fundada em 2020, a maior do setor no Brasil especializada em proteína animal orgânica. O Instituto FOLIO, atualmente com estatuto independente da RAIAR tem como objetivo captar recursos para a produção de tecnologia voltada para a produção de grãos orgânicos. Além da FOLIO RAIAR o projeto de transição captou recursos junto ao Instituto IBIRAPITANGA da fundação Moreira Salles. Mais recentemente formulou parceria com a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Em âmbito acadêmico-universitário o projeto inovador: “Transição para Agricultura Regenerativa Tropical” tem atuado via três GTs: “Governança e Financiamento”, focando ampla representatividade, protegendo a saúde financeira e o desenvolvimento das ações; “Agrônomo” em atenção ao modelo agrônomo dinâmico, ou co construído, integrando atividade acadêmica e produtor rural; e o GT “Acadêmico” que visa estruturar a FELS , num campus voltado para a produção de conhecimento e tecnologia de ponta, no caso, para a produção de grãos em sistema regenerativo tropical, ou regenerativo tropical orgânico.

A proposta de comunicação é discutir as linhas gerais do projeto de transição buscando articular argumentos com resultados recentes obtidos a partir das duas últimas safras de grãos.

**Palavras-chave:** transição, agricultura regenerativa, alternativa e organica

## **Análise das margens de comercialização do etanol hidratado no estado de São Paulo – Brasil [Poster]**

*Pantoja, Mariana Gabriela, Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, mariana.pantoja@estudante.ufscar.br*

*Marjotta-Maistro, Marta Cristina, UFSC-CCA, marjotta@ufscar.br*

*Liska, Gilberto Rodrigues, UFSC-CCA, gilbertoliska@ufscar.br*

### **Resumo**

O setor sucroalcooleiro brasileiro consolidou-se como um dos pilares da economia nacional, especialmente com o aumento da produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Esse crescimento é particularmente importante para o mercado interno, que se beneficia do uso do etanol em veículos adaptados para combustíveis renováveis. A pesquisa tem como objetivo calcular as margens de comercialização em cada elo da cadeia produtiva do etanol hidratado combustível, no Estado de São Paulo, considerando os preços médios de venda em diferentes níveis: produtor, distribuidor e posto de gasolina, no período de 2003 a 2023.

Além disso, o estudo busca compreender a estrutura do canal de comercialização do etanol, identificando a participação de intermediários no processo de comercialização, que pode ser direta ou indireta, e a influência dessas margens nos preços finais pagos pelos consumidores. A análise será realizada utilizando dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia. A margem de comercialização, representa os custos que os consumidores pagam aos intermediários ao longo do processo de comercialização.

Os resultados indicaram que, até 2020, as margens mantiveram um padrão estável. No entanto, em 2021 e 2022, houve um aumento significativo da margem entre distribuidores e postos de gasolina, elevando o preço final para os consumidores. Fatores como a safra de cana-de-açúcar, os custos logísticos e as variações no mercado de combustíveis influenciaram esse comportamento. O monitoramento das margens comerciais é essencial para entender a dinâmica do setor e os possíveis impactos no preço final do etanol hidratado. Políticas públicas e maior transparência na formação dos preços podem contribuir para a dinâmica do mercado.

**Palavras-chave:** Cadeia de produção; Preços; Mercado.

## **Dinâmica da produção no setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo – Brasil: análise da tomada de decisões. [Poster]**

*Falcirolli, José Luiz Simões Bento, Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, jfalcirolli@estudante.ufscar.br*

*Marjotta-Maistro, Marta Cristina, UFSC-CCA, marjotta@ufscar.br*

*Santos, Jeronimo Alves dos, UFSC-CCA, jeronimo@ufscar.br*

### **Resumo**

No Brasil, o setor sucroalcooleiro é o maior produtor de cana plantada e, somente na safra 2023/2024, produziu cerca de 716 milhões de toneladas. Do total produzido, apenas a região Centro-Sul foi responsável por aproximadamente 91% dessa produção, com destaque para o estado de São Paulo, que moeu 388 milhões de toneladas. No entanto, esse número representa 60% do produto plantado na região, principal produtora de cana-de-açúcar do país.

O objetivo desta pesquisa foi compreender a dinâmica da produção e os fatores que influenciam as decisões das usinas entre a produção de açúcar e etanol, com base no Açúcar Total Recuperável (ATR). Este trabalho será uma análise exploratória quantitativa, realizada a partir de dados secundários obtidos por meio de revisões bibliográficas e sites de instituições públicas e privadas, com ênfase no mix de produção de cana-de-açúcar. As fontes de dados serão o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, a Associação Brasileira da Indústria de Cana-de-Açúcar, a Companhia Nacional de Abastecimento e o Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo.

Os principais resultados são: o custo de produção do etanol é geralmente superior ao do açúcar; a rentabilidade dos produtos varia de acordo com as flutuações dos preços de mercado, que são influenciados por fatores econômicos, políticos e climáticos; a análise do mix de produção revelou que, em períodos de maior estabilidade e demanda no mercado internacional, as usinas tendem a priorizar a produção de açúcar, enquanto a produção de etanol é favorecida quando existem incentivos internos, como políticas de descarbonização e aumento do preço da gasolina. Pode-se concluir que as decisões estratégicas das usinas dependem em grande medida das condições econômicas dos mercados e do custo das ATR; portanto, a competitividade do setor, especialmente em São Paulo, baseia-se na capacidade/flexibilidade de adaptação e na análise minuciosa dos custos e das oportunidades de mercado.

**Palavras-chave:** Mix de produção; Estratégias; Preços.

## Correlação entre os preços de açúcar cristal nos três principais estados produtores do Brasil [Poster]

*Minussi, Júlia, Universidade Federal de São Carlos - Centro de Ciências Agrárias, Brasil, Araras – SP, juliaminussi@estudante.ufscar.br*

*Marjotta-Maistro, Marta Cristina, UFSC-CCA, marjotta@ufscar.br*

*Santos, Jeronimo Alves dos, UFSC-CCA, jeronimo@ufscar.br*

*Lima, Edilson Niehues Rodrigues, UFSC-CCA, edilson.lima@estudante.ufscar.br*

### Resumo

A cana-de-açúcar ocupa um papel central na agricultura brasileira desde as primeiras usinas, consolidando-se como uma das culturas mais relevantes do país. Com a crescente demanda por açúcar, a produção se expandiu, especialmente nos estados de São Paulo, Alagoas e Pernambuco, que hoje lideram a produção de açúcar cristal. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a relação entre os preços mensais do açúcar cristal no mercado interno destes três estados, entre os anos de 2003 e 2023. Os objetivos específicos incluem identificar flutuações de preços, explorar as séries temporais, examinar suas relações e propor modelos de previsão. Os dados, obtidos foram obtidos junto ao Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/USP (CEPEA), foi calculado o correlação de Spearman e modelos SARIMA. Os resultados mostraram uma alta correlação entre os preços estaduais, sendo São Paulo o principal formador de tendências, com seguintes valores: 0,9946 (Alagoas-Pernambuco), 0,8933 (Pernambuco-São Paulo) e 0,8886 (São Paulo-Alagoas). Os modelos SARIMA mais adequados foram: (1,1,1)(1,0,1) para São Paulo, (2,1,2)(1,1,3) para Alagoas e (2,1,1)(1,1,1) para Pernambuco. Estes modelos mostram a dinâmica regional dos preços e oferecem ferramentas para previsões mais precisas, contribuindo para a tomada de decisões no setor sucroalcooleiro.

**Palavras-chave:** Cana-de-açúcar; Mercado Interno; Açúcar Cristal; Brasil.

## **Tema 6 - Rural, Reflexões e Metodologias**

## Da dicotomia rural-urbano às (des)continuidades do rural no espaço urbano

*Manuel Carlos Silva, CICS.Nova, UMinho, mcsilva2008@gmail.com*

### Resumo

Neste texto, feita a introdução e colocado o problema sobre por que é que no passado uma classe sofrida como o pequeno campesinato no Norte do país, apesar de viver em situações de privação socio-económica, sem infraestruturas e oportunidades de educação, constituiu uma classe-apoio do bloco conservador em Portugal. Numa perspetiva sociológica, histórica e antropológica, são destacados em Resistir e Adaptar-se (Afrontamento, 1998) diversos constrangimentos e estratégias de reprodução social – o casamento, a herança e as migrações – e co-fundamentada a ação camponesa na dimensão política, nomeadamente no sistema clientelar, salientando, no âmbito (para)político, o papel da religiosidade mediada e enquadrada pela Igreja católica e seus representantes locais – os párocos. Passados 50 anos, apesar dos avanços e melhorias nos diversos campos inclusive para as classes trabalhadoras após o 25 de Abril 1974, se coloca igualmente a questão de saber por que é que moradores/as de ‘ilhas’ e bairros populares no Porto e em Braga, em grande parte originários do mundo rural, apesar de duras condições de vida e habitação (baixos salários, baixa escolaridade), tão pouco empreendem ação coletiva, evidenciam um posicionamento socio-político defensivo e partilham mundividências conservadoras sobre determinadas questões ético-culturais: relações sexuais pre-matrimoniais, aborto, adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo, eutanásia. Não obstante os emergentes processos de industrialização e urbanização, sobretudo desde os anos 1960-70, a par de mudanças e algumas melhorias, tais conclusões obtidas a partir de projeto por mim coordenado entre 2016 e 2020 intitulado «Modos de vida e formas de habitar: ‘ilhas’ e bairros populares no Porto e em Braga» (PTDC/IVC- SOC/4243/2014), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia/Programa Horizonte 2020.

Em termos de métodos de pesquisa, em ambas as investigações foram aplicados inquéritos, entrevistas semi-estruturadas, pesquisa documental e estatística, histórias de vida e trabalho de campo com observação participante. Esta reflexão serve para trazer à colação alguns conceitos sobre o binómio rural-urbano e outros afins (comunidade-sociedade, solidariedade mecânica-solidariedade orgânica, sociedade tradicional-sociedade moderna, campo-cidade, estatuto-contrato, folk society- urban society), assim como, revisitando modelos teóricos ao problema colocado, fundamentar qual/quais os mais adequados para compreender e explicar o referido comportamento. Ao longo das diversas configurações rurais e urbanas, determinados comportamentos defensivos, de resistência passiva e luta pela segurança mínima, por parte de pequenos camponeses, não obstante o processo migratório e as novas pertenças de classe trabalhadora assalariada, reproduzem-se, embora com traços específicos, em novos espaços urbanos tais como ‘ilhas’ e bairros populares do Porto e de Braga.

**Palavras-chave:** rural-urbano; camponeses-operários; ‘conservadorismo’; Porto-Braga

## **Representação dos cidadãos no mundo rural português**

*Maria Antónia Pires de Almeida, EEGCP-UMinho, [mafpa@eeg.uminho.pt](mailto:mafpa@eeg.uminho.pt)*

### **Resumo**

O mundo rural português caracteriza-se por um forte despovoamento: em 80% do território nacional vive menos de 19% da população total do país. Desde os anos sessenta do século XX, com o acentuado êxodo rural que se verificou, o movimento das populações para o litoral urbanizado e para o estrangeiro tem sido constante. Algumas causas podem ser descritas pelos serviços que são limitados, especialmente a saúde, a educação e as comunicações. Há novos usos para o espaço rural: a agricultura já não é a principal ocupação; e a função utilitária do mundo rural como fornecedor de alimentos e de matérias primas foi em muitos casos substituída por parques temáticos e para o consumo de estilos de vida alternativos (Figueiredo, 2013, Almeida, 2020).

Por mais políticas de atração que tenham sido promovidas, tanto por autarquias, como por alguns programas de governo (de vida curta), ou por empresas, os censos revelam o aumento desta tendência. Em paralelo, novos grupos se instalam nos territórios do interior. Quem são estes novos rurais? Que desafios enfrentam e quais as ações no terreno?

Depois de décadas de investimentos em infraestruturas, as câmaras municipais investem atualmente noutros interesses que melhoram a imagem e a reputação dos seus concelhos. Tendo em conta a crise relacionada com o desinvestimento industrial, que criou desemprego e despovoamento, os investimentos locais desviaram-se para atividades ligadas com os serviços e atividades ligadas ao turismo. O ambiente entrou na agenda política, assim como a transparência e a participação dos cidadãos também se tornaram bandeiras. Contudo, persistem muitos problemas que afetam os cidadãos e os territórios. Alguns temas fraturantes colocam em conflito os governos, os poderes locais e os poucos cidadãos que ainda resistem e pretendem continuar a viver no mundo rural, entre eles: o acesso a recursos mercantilizáveis, a mineração de lítio, o acesso à água para a agricultura intensiva, turismo e construção imobiliária, a utilização do espaço para parques solares, com o argumento da energia verde.

Avaliam-se aqui algumas ações de organizações da sociedade civil (OSC), grupos de cidadãos, associações locais e organizações não governamentais (ONG) perante estes projetos que alteram a paisagem e a sustentabilidade dos territórios, e analisam-se as respostas e reações das câmaras municipais e do governo central.

**Palavras-chave:** água; cidadãos; ambiente; municípios

*Esta Investigação foi financiada com fundos nacionais da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com o projeto UID/00758 no Centro de Investigação em Ciência Política (CICP), Universidade do Minho / Universidade de Évora". <https://doi.org/10.54499/CEECINST/00018/2021/CP2806/CT0022>.*



## **Legado de políticas agrárias e florestais na paisagem de Terras de Trás-os-Montes**

*Lien Imbrechts, IVM/VU Amsterdam & CIMO, LA SusTEC, IPB, [lien.imbrechts@ipb.pt](mailto:lien.imbrechts@ipb.pt)*

*Rebekka Dossche, DAFIST, Università di Genova, [Rebekka.Dossche@unige.it](mailto:Rebekka.Dossche@unige.it)*

*João C. Azevedo, CIMO, LA SusTEC, IPB, [jazevedo@ipb.pt](mailto:jazevedo@ipb.pt)*

*Peter H Verburg, IVM/VU Amsterdam, [p.h.verburg@vu.nl](mailto:p.h.verburg@vu.nl)*

### **Resumo**

A região de Terras de Trás-os-Montes (TTM) caracteriza-se por sistemas agrícolas tradicionais e seminaturais que contribuem para as suas paisagens heterogéneas e de alto valor cultural e natural. Ao mesmo tempo, a região é considerada muito vulnerável ao abandono agrícola devido à forte emigração iniciada na década de 1960 que resultou na diminuição da sua população para metade e no rápido envelhecimento da população residente. No entanto, desde o início do século XXI que os processos de abandono agrícola estão a abrandar, enquanto o retorno à atividade agrícola está a ganhar expressão. A variação espacial destas tendências não pode ser totalmente explicada pela análise de fatores ambientais e socioeconómicos convencionais, como clima, terreno, acessibilidade ou população, entre outros. Para melhor compreender estas alterações no uso e ocupação do solo e melhorar a capacidade de perspetivar a evolução deste território no futuro, efetuamos uma análise da dinâmica da paisagem e dos processos políticos a uma escala temporal alargada, cobrindo o período decorrido desde o início do século XX até ao presente. Para o efeito selecionamos 4 freguesias da região de TTM com base na análise estatística da dinâmica contemporânea de alterações no uso de solo (1995-2018) para as quais reunimos informação espacialmente explícita do uso e ocupação do solo entre 1899 e o presente, complementada com fontes de informação histórica. A nossa análise indica que a política agrária implementada desde o Estado Novo teve impactos principalmente nos vários sistemas seminaturais da região, que, até pelo menos aos anos 1950, foram geridos de forma intensiva antes de serem abandonados em grande escala nas décadas seguintes. As áreas agrícolas mantiveram-se bastante estáveis, apesar de se ter observado uma substituição de culturas temporárias por culturas permanentes. A política florestal, por seu lado, teve impactos distintos na paisagem, tendo alguns territórios testemunhado alterações profundas com consequências relevantes nas trajetórias de alteração da paisagem posteriores. Este trabalho permitiu verificar que o alargamento da escala temporal da análise contribui para uma interpretação mais matizada da magnitude e variabilidade do abandono agrícola e da transição florestal, ao mesmo tempo que identifica novas prioridades para a gestão da paisagem, tais como esforços específicos de conservação de sistemas seminaturais de alto valor, e novas abordagens para a gestão das florestas naturais emergentes.

**Palavras-chave:** Uso e ocupação do solo; política agrária e florestal; dinâmica da paisagem

## ‘O CHEGA será a fortaleza do mundo rural!’ – Narrativas populistas sobre o rural e a agricultura em Portugal

*Elisabete Figueiredo, DCSPT e GOVCOPP, UAveiro, elisa@ua.pt*

*Patrícia Silva, DCSPT e GOVCOPP, UAveiro, patriciasilva@ua.pt*

*Nuno Soares, DCSPT e GOVCOPP, UAveiro, nunogcsoares@ua.pt*

### Resumo

Nas últimas décadas, assistimos à emergência e consolidação de partidos políticos populistas da direita radical numa boa parte do mundo ocidental. Este fenómeno tem sido entendido como resultado da expansão do neoliberalismo e do agudizar de desigualdades sociais e territoriais que parecem ter contribuído para um maior distanciamento dos cidadãos relativamente às instituições e partidos políticos convencionais, gerando uma crescente adesão a narrativas populistas. Tais processos são mais evidentes em territórios que foram sendo ‘deixados para trás’ no contexto das dinâmicas mais globais de desenvolvimento socioeconómico, como é o caso de muitas áreas rurais onde têm aumentado os sentimentos de ressentimento e abandono.

Ao contrário de outros países ocidentais, desde a transição para a democracia em 1974 e até muito recentemente, Portugal permaneceu relativamente imune ao surgimento de partidos políticos e movimentos populistas, tendo sido mesmo considerado – em conjunto com Espanha – como uma das poucas exceções no contexto Europeu. Esta situação terminou em 2019 com a eleição do primeiro deputado do CHEGA – André Ventura – para o Parlamento nacional. Desde esta data, o partido conheceu um rápido crescimento impulsionado por uma forte presença nos *media* e nas redes sociais, tornando-se, após as últimas eleições legislativas, a segunda força política do país. As suas narrativas e posições populistas têm, assim, ganho relevo social, sendo percecionadas como traduzindo as principais necessidades e exigências sociais. À semelhança de outros partidos populistas na Europa, o CHEGA posiciona-se principalmente contra ‘as elites’ e como o legítimo representante ‘do povo’, ‘dos que trabalham’ e ‘dos portugueses de bem’, uma mensagem nativista que reforça a exclusão simbólica e material de quem é percebido como não pertencendo à comunidade nacional. As suas narrativas cobrem um amplo leque de questões, frequentemente contraditórias, nas quais se destacam a defesa do liberalismo económico, por um lado, e do conservadorismo social, por outro.

Ainda que a base eleitoral e o posicionamento ideológico do partido tenham sido tópicos abundantemente estudados, as suas narrativas em torno dos territórios rurais permanecem relativamente inexploradas. Neste sentido, pretende-se, com este trabalho, compreender a forma como estas questões têm integrado as narrativas populistas, através da análise de conteúdo dos vídeos publicados na chamada *CHEGA TV* (o canal de *YouTube* do partido), dos programas eleitorais e das iniciativas legislativas apresentadas à Assembleia da República. Os resultados demonstram que enquanto o abandono e a negligência política do rural são temas prominentes nos discursos do partido – especialmente durante os períodos de campanha eleitoral – estas questões são menos significativas quando comparadas com outros temas populistas recorrentes (e.g. imigração, corrupção). Mais ainda, a saliência do espaço rural é reduzida tanto nos programas eleitorais, como nas iniciativas legislativas do partido, demonstrando uma discrepância entre a retórica e a prática sobre os territórios rurais.

**Palavras-chave:** Análise de conteúdo; CHEGA; narrativas sobre os territórios rurais; populismo

## **“Estamos zangados porque temos fome”: apontamentos acerca da conciliação entre conservação da biodiversidade e redução da pobreza rural**

*Maria João Canadas, CEF/TERRA, ISA-UL, mjcanadas@isa.ulisboa.pt*

*Mariam Abbas, Observatório do Meio Rural, Moçambique, e Institute for Natural Resources Technology and Management, TH Köln, Alemanha, mariamabbas1502@gmail.com*

*Aires Mbanze, Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Lúrio, Moçambique; We Effect, Mozambique Office, Moçambique aires.banze@gmail.com*

*Ana Novais, CEF/TERRA, ISA-UL, ananovais@isa.ulisboa.pt*

*Paulo Flores Ribeiro, CEF/TERRA, ISA-UL, pfribeiro@isa.ulisboa.pt*

*Vera Soares, CEF/TERRA, ISA-UL e Observatório do Meio Rural, Moçambique vera.f.soares@hotmail.com*

*Nehemias Lasse, Observatório do Meio Rural, Maputo, Moçambique, nehemiaslasse@gmail.com*

*José Lima Santos, CEF/TERRA, ISA-UL, jlsantos@isa.ulisboa.pt*

### **Resumo**

Conciliar a conservação da biodiversidade com a redução da pobreza é com frequência apenas uma ambição. Na literatura, a avaliação das vantagens da conservação para as populações locais tem privilegiado dimensões mais cognitivas e relacionais, desligadas de aspetos mais tangíveis das suas práticas e modos de vida, o que admitimos limita essa avaliação. Assim, pretende-se identificar benefícios e custos da conservação para as comunidades locais, situando-os no quadro da dinâmica dos sistemas de economia e de produção das famílias camponesas. Em Moçambique, com elevada pobreza rural, realizaram-se dois estudos de caso, com recurso a extenso trabalho de campo, na Área de Conservação Comunitária de Chipanje Chetu, onde é frequente o conflito “Homem-Animal”, e no Monte Namúli, onde a deflorestação decorre da expansão da área agrícola, incluindo na zona de floresta húmida de maior altitude. Em Chipanje Chetu, a população vê como principais benefícios as infraestruturas coletivas (saúde, educação, religião) e o emprego na conservação, este contudo acessível a poucos. E como custos, os danos da fauna bravia às culturas e pessoas, acrescidos da vigília de culturas, e da eliminação da mandioca e de outros rendimentos como os da caça de subsistência, levando ao lamento de alguns: “agora temos fome!”. No Monte Namúli, os esforços de conservação têm incidido na sensibilização à não deflorestação e na promoção de produções de maior rentabilidade e/ou agroflorestais que substituam o rendimento da batata cultivada na zona alta. Os receios de uma já falada futura área protegida nesta zona, que interditaria a expansão da área agrícola, devem-se à previsível redução de rendimento, agravamento da insegurança alimentar e dificuldade de custear despesas de acesso a serviços básicos de saúde e educação, de uma comunidade já inserida nos mercados agrícolas e sem alternativas de rendimento fora da agricultura. Conclui-se que a cabal identificação dos impactos sociais da conservação não dispensa o reconhecimento da mudança dos sistemas de produção e economia das famílias e seus níveis de pobreza e segurança alimentar, indispensável para a eficácia das políticas, frequentemente focadas em consciencializar para a conservação, sem responder aos problemas prementes das populações.

**Palavras-chave:** Benefícios e custos da conservação, economias familiares, sistemas de produção agrícola.

*Agence Française de Développement, Projeto FARASYMABI “Uma abordagem de sistemas de produção para integração da biodiversidade no sector da agricultura: interligando os níveis local e nacional”.*

## Ecobiografias

*Castro Seixas, Paulo, Universidade de Lisboa, CIAS – Universidade de Coimbra, pcastroseixas@gmail.com*

### Resumo

**Ecobiografias é uma proposta conceptual que aproxima a biografia da terra da biografia das pessoas**, em modo “espelho” ou “co-autoria”. A ideia de base é que há territórios, lugares, casas (eco/oikos), cujas histórias(biografias) que se cruzam com as nossas próprias vidas (biografia). Trata-se, assim, de uma proposta conceptual e metodológica simples no quadro de uma Antropologia do Espaço ou uma Antropologia do Território.

A proposta “**ecobiografia**” tem um potencial **mais narrativo e afetivo** do que a “história ambiental” (que é mais académica) e mais **ecológico** do que “biografia de lugares” (que às vezes fica apenas no plano cultural). Esta proposta pretende também trazer o contributo de autoetnografias para a análise do território, possibilitando pelo cruzamento de tais possibilidades um entendimento de quadros mais abrangentes, como, por exemplo, o abandono agrícola ou, pelo contrário, o valor dado a uma determinada paisagem; a escolha de determinadas produções, a relação com outras espécies num determinado território. A colecta e o cruzamento de várias ecobiografias pode mesmo possibilitar compreender porque determinadas políticas públicas (não) funcionam ou pistas para novas políticas públicas. Trata-se de uma Antropologia que assume o sujeito, os afectos, o sentido de pertença mas que, ao mesmo tempo tem ambições meso e macro de análise.

Faz-se a proposta conceptual e apresenta-se em modo simples o esboço de uma ecobiografia, ou seja, o relato da relação do autor com uma propriedade agrícola ao longo do tempo e como tal relação é evidência de uma série de aspetos meso e macro do país, Portugal

**Palavras-chave:** Ecobiografias; Antropologia; Território; Narrativas

## Narrativas da terra-território no centro da Amazônia: estima, esperança e cuidado

*Diego Amoedo Martínez, UFOPA; UNICAMP; CISPAC. amoedo.diego@gmail.com*

### Resumo

“Eu sou o território” (Ivete Bastos – PAE Lago Grande), “essa planta é do papai” (Dido Jamaraquá) “não posso levantar a macaxeira porque não tenho como garantir a sua vida” são enunciados colhidos em trabalhos de campo antropológicos de naturezas e objetivos distintos, mas que convergem para expressar a centralidade da relação que agricultores familiares e os povos e comunidades tradicionais do centro da Amazônia (Oeste do Estado do Pará, Brasil) mantêm com a terra-território. A territorialidade é mobilizada como conceito-chave para compreender os processos de construção dos espaços de vida, nos quais a terra ocupa papel estruturante.

A categoria terra-território possibilita explorar os regimes de conhecimento que constituem a territorialidade, bem como as relações que atravessam a produção e uso da terra, remetendo também a dimensões sensíveis e afetivas entre humanos e não humanos. As narrativas etnográficas destacam processos e temporalidades vinculados a cultivos que marcaram as parcelas, às políticas públicas mas também às ameaças contemporâneas que incidem sobre os territórios e impactam o conjunto das vidas humanas-e-mais-que-humanas.

Pretendo discutir a relevância dos óticos discrepantes (Cf. Tsing), que permitem pensar as relações constituídas entre agricultores e povos e comunidades tradicionais e suas terras-territórios. A estima pela terra, os cuidados e afetos dirigidos a terras e plantas configuram a gramática da terra que nos convoca, analiticamente, a reconhecer a multiplicidade de significados quando os agricultores e povos e comunidades tradicionais se referem ao que entendemos por sistema terra-território.

Por fim, refletiremos sobre como essas narrativas se entrelaçam e permitem ultrapassar contextos geográficos social, ambiental e politicamente distintos, articulando processos de territorialização dos Estados-nação às esperanças depositadas nas terras e em seu cultivo, que reafirmam a centralidade da vida em meio a conflitos socioambientais e disputas territoriais e socioambientais contemporâneas.

**Palavras-chave:** Terra-território; Territorialidade; Afeto; Vida;

## Transversalidades entre a produção agrícola mecanizada e a génese do Movimento Moderno

*Alejandro Bocanegra, FA/UL, CIAUD, alejandro.cayero@edu.ulisboa.pt*

### Resumo

O artigo explora a relação entre a progressiva mecanização do campo e a arquitetura moderna nas primeiras décadas do século XX, partindo da hipótese de que os processos de industrialização agrícola e alimentar foram decisivos na configuração da linguagem arquitetónica moderna. Em complemento com a visão clássica que situa a origem da modernidade na cidade e na habitação, propõe-se reconsiderar o papel do mundo rural produtivo como laboratório de ideias e de técnicas arquitetónicas.

A agroindústria gerou transformações tipológicas e construtivas em diferentes escalas territoriais, que exigiram respostas arquitetónicas flexíveis e inovadoras. Estas construções não só redefiniram a paisagem, como também ofereceram aos arquitetos da época um campo de experimentação em aspetos como a normalização, a racionalização do espaço produtivo, a standardização material e a aplicação de infraestruturas técnicas que melhoraram as condições de vida e de trabalho.

Para consolidar e fortalecer a hipótese, propõe-se uma revisão da relação entre agricultura e arquitetura, com foco nos paradigmas intrínsecos às diferentes revoluções agrícolas e, em particular, nas mudanças introduzidas pela primeira e segunda era da máquina, através da progressiva mecanização do campo e da transformação intensiva da paisagem. O objetivo é explicar a evolução morfológica de um conjunto de tipologias ligadas aos processos de cultivo e de pecuária (armazenamento, extração/produção direta, transformação e distribuição) de recursos naturais e animais, e demonstrar como o seu caráter prático e funcional influenciaria, enquanto arquétipo, em conjugação com a industrialização, a construção de uma linguagem arquitetónica moderna.

O estudo conclui que a modernidade arquitetónica não pode ser entendida apenas a partir de processos culturais eruditos, mas também a partir do mundo vernáculo rural e do quotidiano, onde a agricultura e a alimentação têm constituído algumas das respostas primárias à inovação estética, formal e técnica dos seres humanos.

**Palavras-chave:** Movimento Moderno, Tipologias Agroindustriais, Industrialização Europeia, Paisagem Moderna.

*Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto com o identificador DOI: <https://doi.org/10.54499/2023.02040.BD>.*

## Programa de Formação em ATER para Assentamentos de Reforma Agrária: Metodologia e Resultados no Fortalecimento da Agricultura Familiar

*Vargas, Pablo Forlan, Universidade Estadual Paulista (UNESP), pablo.vargas@unesp.br*  
*Corcioli, Graciella, Universidade Federal de Goiás, (UFG), Goiânia, graciellacorcioli@ufg.br*  
*Schreiner, Camila Traesel, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*  
*De Souza, Gabriela Coelho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*  
*Silva, Joanna Lessa Fontes, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)*  
*Silva, Ana Cláudia de Lima, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)*  
*Braga, Daniel Palma Perez, Universidade Federal do Pará (UFPA)*

### Resumo

O Programa de Formação em Assistência Técnica e Extensão Rural para Assentamentos de Reforma Agrária (ProforExt) constitui uma experiência inovadora de integração entre ensino, pesquisa e extensão universitária. Estruturado a partir do enraizamento em instituições de ensino superior, o Programa articula docentes, discentes, profissionais recém-formados e jovens rurais - Agentes Locais de Formação (ALFs) - na realização de ações de extensão rural e universitária em assentamentos e territórios de povos e comunidades tradicionais.

A metodologia do ProforExt se fundamenta em princípios orientadores como valorização dos conhecimentos locais, participação social, diálogo de saberes, respeito às especificidades territoriais, promoção da agroecologia e da sustentabilidade, além do reconhecimento da diversidade e da inclusão social. Esse conjunto de diretrizes garante que as ações não se restrinjam à mera transferência de tecnologias, mas que se constituam em processos dialógicos, participativos e formativos. A primeira etapa do Programa (2024/2025) demonstrou a viabilidade dessa proposta ao contemplar diferentes realidades territoriais do Brasil, fortalecendo a agricultura familiar e ampliando o acesso a políticas públicas. A atuação foi estruturada de forma a integrar saberes acadêmicos e saberes locais, promovendo a formação crítica de estudantes universitários e a capacitação de jovens e lideranças comunitárias para o protagonismo em seus territórios. A presença dos ALFs, oriundos das próprias comunidades, garantiu legitimidade, fortalecimento organizativo e continuidade dos processos formativos, mesmo após o ciclo imediato de atividades.

Os resultados alcançados revelam a amplitude e a relevância social do ProforExt. Durante a primeira fase, o Programa esteve presente em 96 assentamentos rurais, distribuídos em 11 estados brasileiros e envolvendo diretamente 16 instituições de ensino superior. Essa atuação mobilizou aproximadamente 6.500 famílias agricultoras, impactando diretamente seus modos de produção, organização comunitária e acesso a direitos. Além disso, a experiência formativa engajou 290 bolsistas, entre estagiários, recém-formados e jovens rurais, que atuaram como agentes multiplicadores das práticas extensionistas e contribuíram para a formação de uma nova geração de profissionais e lideranças comunitárias comprometidas com o fortalecimento da agricultura familiar. A experiência do ProforExt reafirma a centralidade da extensão universitária na transformação da realidade social, econômica e ambiental dos territórios rurais ao articular ensino, pesquisa e extensão em diálogo com os saberes locais. O Programa contribui para a formação de profissionais comprometidos com a agricultura familiar e para o empoderamento das comunidades do campo, quilombolas e indígenas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural Sustentável; Extensão Universitária; Extensão Rural



## Determinantes geográficos e desenvolvimento rural no sul do estado de São Paulo

*Almeida, Luís Carlos Ferreira, UNESP/FCAVR REGISTRO, [luís.almeida@unesp.br](mailto:luís.almeida@unesp.br)*

*Vargas, Pablo Forlan, UNESP/FCAV – JABOTICABAL, [pablo.vargas@unesp.br](mailto:pablo.vargas@unesp.br)*

### Resumo

O Vale do Ribeira Paulista, situado no sul do estado de São Paulo (Brasil), ainda que geograficamente perto de um dos maiores centros urbanos do Brasil, por estar localizado em uma área com características geográficas singulares, praticamente não se beneficiou dos recursos advindos da cafeicultura paulista. Enquanto grande parte do estado de São Paulo experimentava um processo de desenvolvimento, que teve como produto principal a cafeicultura, resultando, já na metade do século XX, de importante malha ferroviária e rodoviária, que foram a da industrialização do estado, o Vale do Ribeira permaneceu à margem dessas transformações.

Essas características geográficas e ambientais contribuíram historicamente para o isolamento da região que, ao mesmo tempo que favoreceu a permanência de comunidades tradicionais, notadamente de quilombolas e pequenos agricultores, que encontraram no território condições de resistência social e cultural, reforçou um quadro de marginalidade, consolidado numa produção agricultura familiar de subsistência de baixa escala.

Assim, mesmo que práticas e produtos tradicionais tenham sido preservadas, a reprodução econômica dessa agricultura familiar ocorre em moldes frágeis, resultando em níveis de renda inferiores em relação a outras regiões paulistas. A dificuldade de acesso aos centros de comercialização, somada à baixa organização social e à reduzida escala produtiva, limitou a competitividade e a inserção dos agricultores e quilombolas nos mercados regionais e estaduais.

Ainda que várias políticas públicas e projetos de desenvolvimento tenham sido implementados nos últimos 50 anos, a Região ainda carece de ações efetivas que permitam, ao mesmo tempo que preserve os seus ricos patrimônios ambientais e culturais de grande relevância, proporcione renda que permita a reprodução da propriedade familiar, podendo-se enumerar o fortalecimento da fraca estrutura de suas associações e cooperativas, a busca de produtos que reforcem a identidade local, fortemente ligada a aspectos culturais que são singulares, e a promoção de atividades complementares, como o turismo de base comunitária.

Para o estado de São Paulo, o Vale do Ribeira se constitui num caso peculiar das desigualdades regionais no estado de São Paulo, e ainda que esteja inserido na mais rica Unidade da Federação, enfrenta limitações estruturais e históricas; nesse sentido, o estudo dessa realidade com o propósito de elaborar políticas de desenvolvimento sustentável, que sejam capazes de gerar emprego e renda, conciliando a preservação ambiental, valorização cultural e inclusão socioeconômica, são de extrema importância para a redução das desigualdades que caracterizam a região.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; desenvolvimento rural; desenvolvimento regional.



## **Os sistemas agrícolas em territórios de montanha**

*Sandra Moreira Coelho, Universidade Santiago de Compostela, [sandra.coelho@rai.usc.gal](mailto:sandra.coelho@rai.usc.gal);*

*Emílio Diaz-Varela, Universidade Santiago de Compostela, [emilio.diaz@usc.es](mailto:emilio.diaz@usc.es);*

*Cristina Amaro da Costa, Escola Sup. Agrária /Instituto P. Viseu, [amarocosta@esav.ipv.pt](mailto:amarocosta@esav.ipv.pt).*

### **Resumo**

Os sistemas agrícolas de montanha permanecem entre os menos estudados, apesar do seu papel central na manutenção de múltiplas práticas tradicionais e na gestão destes territórios. A sua continuidade, assegurada sobretudo por explorações de pequena escala, constitui uma condição essencial para preservar meios de subsistência e garantir a resiliência das famílias rurais. A agricultura é um setor onde se verificam mudanças muito evidentes, desde a produção de alimentos até à conservação da paisagem, ou desde o uso dos recursos naturais à necessidade de conservação da biodiversidade e do ambiente. Neste contexto, o objetivo do presente estudo é avaliar o contributo dos diferentes sistemas agrícolas para o desenvolvimento rural sustentável em territórios de montanha, com foco na agricultura familiar, nas comunidades locais, na preservação ambiental e na viabilidade económica. Para promover o desenvolvimento sustentável em territórios rurais de montanha, não basta conhecer os sistemas agrícolas isoladamente: é necessário analisar um conjunto diversificado de fatores que moldam as explorações, nas suas múltiplas escalas e interações económicas e sociais, bem como as prioridades atuais e futuras das comunidades locais. A conservação das raças autóctones, a manutenção de sistemas de pecuária extensiva, os sistemas agro-silvo-pastoris e produção de alimentos vegetais para autoconsumo e para o mercado, a partir de um conjunto de práticas tradicionais agroecológicas, que provaram a sua importância ao longo dos tempos, promovem a agrobiodiversidade e fortalecem a capacidade de lidar com diferentes tipos de adversidade. Estes sistemas agrícolas tradicionais são o repositório de muitos saberes e práticas, associados aos ciclos naturais e transmitidos de geração em geração e, que assim, asseguram a continuidade cultural e ecológica. Este conjunto de características, que se entende traduzirem princípios e pilares agroecológicos, permitem à agricultura familiar encontrar soluções sustentáveis e específicas a cada contexto territorial, ultrapassar as restrições socioeconómicas e ecológicas dos seus territórios e reforçar o seu contributo para o desenvolvimento rural nos territórios de montanha. O estudo baseia-se numa revisão sistemática (RS) que segue o protocolo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (Page *et al.*, 2021), garantindo uma metodologia de pesquisa com rigor científico e de grande transparência (Ramos *et al.*, 2014). Os resultados obtidos serão úteis para apoiar a definição de abordagens de intervenção orientadas para a valorização da agricultura familiar e servirão também de base para uma análise posterior do carácter multifuncional das explorações de agricultura familiar em zona de montanha.

**Palavras-chave:** agricultura familiar; ecossistémicos; pecuária extensiva; práticas tradicionais

*Apoio do projeto PAGE - Paisagens Agrícolas e Alimentares com gerações de mulheres inovadoras (Ref. PRR-C05-i03-I-000217- LA7.6). Além disso, gostaríamos de agradecer ao Centro de Investigação CERNAS (Ref. UIDB/00681/2020) e à Universidade Politécnica de Viseu pelo seu apoio.*

## **Rumos pastoris na gestão dos baldios da Peneda-Gerês**

*Eleonora, Monaci, NOVA FCSH, a2023108789@campus.fcsh.unl.pt*

### **Resumo**

Nas serras da Peneda-Gerês, a transformação das práticas tradicionais de gestão de terrenos comunitários - os baldios – bem assim como as formas de pastorícia extensiva que neles se praticam refletem mudanças globais atuais. Numa perspetiva geográfica relacional, a paisagem serrana é entendida como produto de relações e dinâmicas territoriais interligadas. Assim, trazer para o centro dos debates espaços como os baldios e atividades, como o pastoreio, frequentemente considerados marginais, revela-se fundamental para perceber as dinâmicas socio-ecológicas que neles e no seu contexto bio-regional mais amplo se desenrolam.

Num estudo de terreno realizado em 2025, pretendeu-se compreender as formas atuais de uso pastoril da montanha, destacando tipologias de organização comunitária (eg. vezeira), e participativas, como práticas de revitalização, preservação e inovação de práticas essenciais à reprodução da vida na montanha. Na continuidade da tradição antropológica e geográfica portuguesa do século XX, que analisou os baldios como pilares da economia agropastoril, esta investigação visou recentrar “o comum” como espaço de participação coletiva, através da renovação, inovação e preservação das práticas pastoris que neles ocorrem, face aos desafios climáticos e sociais contemporâneos.

Recorrendo à teoria fundamentada construtivista (*constructivist grounded theory*), o estudo definiu o papel da pastorícia nos baldios enquanto fator estruturante da paisagem e da gestão do território. Neste quadro, foi possível delinear uma ecologia política situada, através da caracterização dos agentes mais-que-humanos, das instituições, das relações e dos conflitos expressos nas experiências de quem pratica ou praticou o pastoreio. A análise destas dimensões e das suas consequências revela-se crucial para desenvolver interpretações sólidas e recomendar políticas territoriais, agrícolas ou de conservação da biodiversidade, alicerçadas nas existentes relações e dinâmicas socio-ecológicas.

**Palavras-chave:** Pastorícia extensiva; baldios; participação; Peneda-Gerês

## **Humanidades Digitais e Geografia: perspectivas metodológicas a partir de fontes agrícolas históricas portuguesas**

*Cláudia M. Viana, CEG, IGOT, Universidade de Lisboa, claudiaviana@edu.ulisboa.pt*

*Jorge Rocha, CEG, IGOT, Universidade de Lisboa, jorge.rocha@edu.ulisboa.pt*

### **Resumo**

Grande parte da informação agrícola presente em fontes históricas não pode ser diretamente convertida nos formatos de dados atualmente em uso. Torna-se, por isso, necessário desenvolver metodologias que permitam normalizar diferentes fontes e reconstruir quantitativamente os dados ao longo de vários períodos. Este trabalho demonstra como fontes agrícolas históricas, incluindo estatísticas nacionais, inquéritos agrários e cartografia, podem ser transformadas em conjuntos de dados geoespaciais estruturados. A abordagem proposta resulta da articulação entre métodos das Humanidades Digitais e dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), tal como tem vindo a ser explorado em projetos como AgroecoDecipher (2022.09372.PTDC). Especificamente, aplicam-se metodologias de análise espacial, no contexto dos SIG e no domínio científico da Geografia, que permitem: a) transformar informação histórica em dados normalizados, detalhados e estruturados; b) digitalizar, georreferenciar e armazenar mapas analógicos antigos, criando uma base de dados cartográfica acessível à análise geoespacial. Para além da dimensão técnica, discute-se como o processo de digitalização e tratamento destas fontes altera o seu estatuto epistemológico: de arquivos narrativos passam a constituir evidência empírica, contribuindo para debates sobre o papel dos dados em geografia e noutras disciplinas. Argumenta-se que as abordagens geoespaciais aplicadas a dados agrícolas históricos e de longo prazo possibilitam a construção de representações espacialmente explícitas e temporalmente detalhadas. Este enquadramento reforça a relevância da Geografia e, em particular dos SIG, como contributo para os debates em torno de desafios globais, como a segurança alimentar, a sustentabilidade do solo e a resiliência socioecológica.

**Palavras-chave:** Fontes históricas; Fontes geoespaciais; Inquéritos agrícolas; AgroecoDecipher

*Os autores agradecem à equipa do projeto AgroecoDecipher (<https://ceg.igot.ulisboa.pt/projetos/agroecodecipher>) pelas valiosas discussões e apoio ao longo do processo de investigação. Este trabalho contou ainda com o apoio do GEOMODLAB do Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, que disponibilizou a infraestrutura computacional necessária. O financiamento foi concedido pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através dos projetos 2022.09372.PTDC e 2022.08734.CEECIND, bem como pelo Centro de Estudos Geográficos, através LA/P/0092/2020, CUIDB/00295/2020 e UIDP/00295/2020.*